

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 162/2022  
Data: 13/12/2022



### ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO DEBATE CONCESSÃO DO PORTO DE SANTOS NESTA TERÇA-FEIRA .....	4
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF</b> .....	<b>5</b>
REVITALIZAÇÃO DE TRECHO DA BR-153/TO FACILITA TRAFEGABILIDADE NA BELÉM-BRASÍLIA .....	5
LIDERA INFRA: MINISTÉRIO PREMIA MELHORES PROJETOS E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DA PASTA .....	6
<b>GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF</b> .....	<b>7</b>
SPU LANÇA GUIA DE CONDUTA PROFISSIONAL .....	7
MINISTÉRIO DA ECONOMIA FAZ VISITA TÉCNICA À JUNTA COMERCIAL DE MINAS GERAIS.....	7
UNIDADES CORRECIONAIS SÃO BENEFICIADAS POR ASSINATURA DIGITAL COM VALIDADE DE FÍSICA .....	8
ECONOMIA SIMPLIFICA O ENTENDIMENTO SOBRE O INOVA SIMPLES .....	9
BALANÇA COMERCIAL ACUMULA SUPERÁVIT DE US\$ 2,33 BILHÕES EM DEZEMBRO.....	10
TESOURO NACIONAL PARTICIPA DA 9ª EDIÇÃO DA SEMANA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA .....	11
EVENTO NA INDONÉSIA DEBATE A MONETIZAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO ESTADO.....	11
MINISTÉRIO DA ECONOMIA LANÇA IRP PARA CONTRATAR PLATAFORMA TECNOLÓGICA DE ORQUESTRAÇÃO DE SERVIÇOS EM NUVEM.....	12
GOVERNO REGULAMENTA PROGRAMA PARA RENOVAR FROTA RODOVIÁRIA .....	13
PLATAFORMA GOV.BR PASSA A INTEGRAR SERVIÇOS DE 420 CARTÓRIOS PAULISTAS .....	14
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT</b> .....	<b>15</b>
EDITORIAL – A SOLUÇÃO INTERMODAL.....	15
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	16
<i>Desestatização 1</i> .....	16
<i>Desestatização 2</i> .....	16
<i>Compensação portuária</i> .....	16
NACIONAL - QUASE 90% DAS OBRAS FISCALIZADAS PELO FISCOBRAS APRESENTAM IRREGULARIDADES GRAVES .....	16
NACIONAL - APEXBRASIL ENUMERA GARGALOS PARA ENTRADA DE INVESTIDORES ESTRANGEIROS NO PAÍS .....	18
NACIONAL - INTEGRANTES DO BRASIL EXPORT RECEBEM A MEDALHA MAUÁ EM BRASÍLIA .....	19
REGIÃO SUDESTE - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO LANÇA NOME FANTASIA ‘PORTOS RIO’ .....	20
REGIÃO SUDESTE - APLICAVO AGILIZARÁ COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIAS EM PORTOS DE SP .....	21
REGIÃO NORDESTE - MARANHÃO COMEÇA A RECEBER PEÇAS DO FOGUETE QUE SERÁ LANÇADO DE ALCÂNTARA.....	22
REGIÃO NORDESTE - CAPITANIA DOS PORTOS DO MA CELEBRA FORMAÇÃO DE NOVOS PROFISSIONAIS DE CONVÉS ...	23
REGIÃO SUL - APM TERMINALS SEGUIRÁ OPERANDO NO PORTO DE ITAJAÍ.....	23
REGIÃO CENTRO-OESTE - PRODUÇÃO DE SOJA EM MATO GROSSO DO SUL TEM AUMENTO DE QUASE 50% .....	25
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP</b> .....	<b>25</b>
APLICATIVO SOBRE SEGURANÇA PORTUÁRIA É LANÇADO PELA ANTAQ EM PARCERIA COM A CEPAI.....	25
UNISANTA E SANTOS PORT AUTHORITY (SPA) ASSINAM TERMO DE COOPERAÇÃO, NA PRÓXIMA SEXTA-FEIRA (16).....	26
PRIMEIRO CURSO DE OPERADORES NO INSTITUTO PRATICAGEM DO BRASIL.....	27
DOCAS DO RIO MUDA NOME PARA “PORTOSRIO” E LANÇA NOVA MARCA.....	27
MINISTRO BRUNO DANTAS É ELEITO PRESIDENTE DO TCU .....	29
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>30</b>
LULA DIZ QUE MERCADANTE SERÁ O PRESIDENTE DO BNDES .....	30
O QUE OS FUNCIONÁRIOS DO BNDES ESPERAM DO NOVO CHEFE, ALOIZIO MERCADANTE.....	32
IBOVESPA ZERA GANHOS NO ANO E DÓLAR FECHA EM ALTA, APÓS ANÚNCIO DE MERCADANTE NO BNDES E FALAS DE LULA .....	32
‘PEC DA TRANSIÇÃO’: LIRA SINALIZA TÉRMINO DA VOTAÇÃO NA PRÓXIMA SEMANA .....	35
EXXONMOBIL INVESTE EM COOPERATIVA EM MANAUS PARA RECICLAGEM DE PLÁSTICO .....	36
CONGRESSO QUER OFICIALIZAR O FATIAMENTO DO ORÇAMENTO SECRETO DE ACORDO COM TAMANHO DE BANCADAS ...	36
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>37</b>
MANSUETO ALERTA DEPUTADOS QUE PEC DA TRANSIÇÃO PRÓXIMA DE R\$ 200 BI VAI EXIGIR QUE LULA SUBA IMPOSTO37	
NOVO GOVERNO DEVE AVALIAR OUTRAS VENDAS ANTES DE AVANÇAR PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS, DIZ TCU .	39
LIRA DIZ QUE PEC DA TRANSIÇÃO AINDA ‘SERÁ NEGOCIADA’ E NÃO GARANTE VOTAÇÃO NESTA SEMANA .....	40
RAÍZEN PERDE RECURSO NO STJ EM AÇÃO QUE RECEBERIA CERCA DE R\$ 500 MILHÕES .....	41



<b>VALOR ECONÔMICO (SP).....</b>	<b>42</b>
TAG E GNA ASSINAM ACORDO PARA CONECTAR PORTO DO AÇU POR MEIO DE GASODUTO.....	42
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO ADIA JULGAMENTO SOBRE PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS .....	43
SEM FERROVIAS, LOGÍSTICA É GARGALO REGIONAL.....	44
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS.....</b>	<b>45</b>
DESAFIOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FRUTAS .....	45
NTS E GNA ASSINAM MEMORANDO DE ENTENDIMENTOS PARA ESTUDOS DE UM NOVO GASODUTO ATÉ O PORTO DO AÇU .....	48
PEDIDOS DE VISTA ADIAM DE VEZ ANÁLISE DA DESESTATIZAÇÃO DE SANTOS PARA 2023 .....	48
PORTO DE PARANAGUÁ TEM ALTA DE 11,73% NAS MOVIMENTAÇÕES DE GRÃOS PELO CORREDOR LESTE .....	50
RECICLAGEM DE NAVIOS CRESCE EM MEIO À BAIXA DEMANDA PELO TRANSPORTE MARÍTIMO .....	51
<b>MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>51</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ NAS PÁGINAS DO LINKEDIM.COM .....	51



### A TRIBUNA DIGITAL (SP)

## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO DEBATE CONCESSÃO DO PORTO DE SANTOS NESTA TERÇA-FEIRA

Ministros devem dar aval para a desestatização

Por: *ATribuna.com.br*



**O Governo Federal trabalha com a ideia de que o futuro concessionário administre o Porto de Santos por 35 anos**  
Foto: Arquivo/AT

O processo de desestatização da administração do Porto de Santos estará em pauta no Tribunal de Contas da União (TCU) nesta terça (13), em sessão plenária, às 10 horas. A expectativa é de que o órgão dê o aval para o leilão. Porém, não há tempo para que a concessão ocorra ainda neste ano. Por conta disso e da mudança na gestão do País, os planos

do atual Governo Federal podem naufragar.

Com investimentos previstos na casa dos R\$ 20,3 bilhões, a desestatização da Santos Port Authority (SPA) é vista pelo Ministério da Infraestrutura como um passo importante para manter e expandir as operações do maior complexo portuário da América Latina. O modelo entregue ao TCU prevê a transferência do controle da Autoridade Portuária à iniciativa privada e a concessão dos cais santista por 35 anos.

O processo foi iniciado há três anos e a expectativa era de que a publicação do edital de licitação e o leilão ocorressem ainda em 2022, o que não acontecerá. A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que já se posicionou contrário ao projeto, e os vários pedidos de mudança feitos no processo são os fatores que dificultam a conclusão do plano.

No início do mês passado, a Secretaria de Fiscalização da Infraestrutura Portuária e Ferroviária (Seinfra) do TCU divulgou um relatório a pedido do ministro Bruno Dantas, responsável pela análise do projeto. No material, de mais de 100 páginas, diversos pontos foram levantados. Entre eles, questões relacionadas à ligação seca entre Santos e Guarujá e aos novos arrendamentos de áreas dos cais santista.

O relatório recomenda a adoção de medidas “para prevenir a contestabilidade atual do mercado de contêineres do Porto de Santos no caso de a concessionária negociar a área intitulada STS10 com algum dos atuais operadores verticalizados de contêineres do citado complexo portuário, e/ou para tratar efeitos de abusos decorrentes de eventual concentração excessiva no segmento que possa prejudicar a operação ou limitar a competição”.

Também recomendou que a minuta do contrato de concessão inclua, “de forma expressa, a obrigação de a concessionária manter, de forma fidedigna para consulta pelo poder concedente, o registro anual ou anualizado de volume dragado em cada trecho do canal e nos berços de atracação”.

O plano do atual governo é que a obra, aguardada por anos, que vai ligar as duas margens do Porto de Santos fique sob responsabilidade da nova administração da Autoridade Portuária.

Por isso, a Seinfra recomenda a adoção de mecanismos céleres e com critérios objetivos de execução para evitar ganhos financeiros indevidos pela postergação da execução da obra da ligação seca, ainda que o atraso não ocorra por culpa da concessionária.

### **Liderança não acredita em avanço do projeto**

Entre os trabalhadores da Santos Port Authority (SPA), a expectativa é de que a desestatização não saia do papel. De acordo com o presidente do Sindicato dos Empregados na Administração Portuária (Sindaport), Everandy Cirino dos Santos, a entidade chegou a pedir que o processo seja reexaminado no Tribunal de Contas da União (TCU).

Houve, ainda, pleitos para a equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), desde a campanha. “Fizemos pedidos para o TCU para que peçam vistas e estamos na expectativa. Também pedimos à equipe de transição de governo, que se manifestou positivamente”, destacou o sindicalista.

Cirino ainda aponta que, neste fim de ano, a estatal que administra o Porto de Santos segue em “compasso de espera” pelas definições do novo presidente da República. “Existe uma certa preocupação porque o Lula já disse que militares com cargo serão exonerados e temos alguns por aqui. Além disso, um diretor já pediu para sair”.

Assim como o fim do processo de desestatização, entre as expectativas dos trabalhadores da SPA está a volta da Secretaria de Portos (SEP) com status de ministério, criada em 2007 e extinta anos depois. Hoje, os temas relacionados ao setor portuário são discutidos pelo Ministério da Infraestrutura, que inclui também a gestão de aeroportos, rodovias e ferrovias.

“Entregamos um documento que pede a volta da SEP porque entendemos que é um canal de comunicação mais rápido com o setor. E o porto perde protagonismo que merece dentro de um ministério tão grande”, destacou o presidente do Sindaport.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 13/12/2022*

Segmento de 14,5 quilômetros entre Araguaína e Nova Olinda, no Tocantins, recebeu novo microrrevestimento asfáltico



***Intervenções ocorreram entre os municípios de Araguaína e Nova Olinda, no interior do estado - Foto: DNIT/Divulgação***

Concluída a revitalização de trecho de 14,5 quilômetros da BR-153/TO, entre os municípios de Araguaína e Nova Olinda, no interior do Tocantins. As melhorias atendem ao grande fluxo de veículos que passam pela rodovia federal, considerada uma das principais vias de integração nacional por ligar o meio-norte e a região

geoeconômica do centro-sul do país.

No segmento localizado entres os km 149 e 163,5, equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) executaram serviços de microrrevestimento asfáltico a frio com emulsão modificada com polímero. Desde o início da vigência do Plano Anual de Trabalho e

Orçamento, em junho de 2021, o Governo Federal investiu mais de R\$ 29 milhões na recuperação da BR-153/TO.

No total, o contrato atende um segmento de 292,4 quilômetros da rodovia, que recebem diferentes tipos de serviços, totalizando R\$ 59 milhões a serem aplicados até 2024. As intervenções na estrada federal incluem serviços de roçada, limpeza de bueiros e dispositivos de drenagem, bem como recuperação da sinalização vertical e horizontal.

### Belém-Brasília

A BR-153, também conhecida por Transbrasiliana e Belém-Brasília, corta oito estados brasileiros – Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, chegando até a fronteira com o Uruguai, onde termina. Além da importância econômica, como corredor de escoamento da produção agrícola e industrial, é uma opção para chegar a regiões turísticas como as cidades de Pirenópolis (GO) e Jalapão (TO).

Com informação da Coordenação-Geral de Comunicação Social do DNIT

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 13/12/2022

## LIDERA INFRA: MINISTÉRIO PREMIA MELHORES PROJETOS E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DA PASTA

Objetivo do prêmio é valorizar e premiar bons projetos e programas estratégicos no âmbito da gestão estratégica



**“Consolidamos a visão pragmática de levar o Brasil à liderança de infraestrutura de transportes”, destacou o secretário-executivo do MInfra, Bruno Eustáquio - Foto: Ricardo Botelho/MInfra**

O Ministério da Infraestrutura premiou, nesta terça-feira (12), os melhores programas, gerentes e projetos no âmbito da gestão estratégica da pasta. Para a premiação dos projetos, foram utilizadas informações disponíveis na central de projeto, tais como: preenchimento do Termo de Abertura (TAP), projeto estruturado (Estrutura Analítica de Projetos - EAP), alocações dos recursos, definição das predecessoras, marcações de entregas estratégicas, preenchimento das análises críticas mensais e alterações de planejamento de entregas estratégicas devidamente justificadas.

“Consolidamos a visão pragmática de levar o Brasil à liderança de infraestrutura de transportes. Hoje chegamos à marca de 31 programas estratégicos e uma carteira de mais de 550 projetos. É de fato uma transformação e profissionalização da gestão. Todo o esforço realizado resultou em 73% de execução dos programas, 327 projetos estratégicos concluídos, 97 projetos de destaque ministerial, mais de 1005 entregas e 127 riscos dos quais 88 foram resolvidos”, destacou o secretário-executivo da pasta, Bruno Eustáquio.

Para os programas, além do desempenho da carteira de projetos, foi considerada também a participação dos líderes de programas nas reuniões de monitoramento. A premiação contemplou cinco programas e 15 melhores gerentes de projetos.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 13/12/2022



Governo Federal

Ministério da Economia

**GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF**

## **SPU LANÇA GUIA DE CONDUTA PROFISSIONAL**

Ferramenta orienta servidores e colaboradores sobre condutas adequadas no exercício das atividades do órgão

Em comemoração ao Dia Internacional Contra a Corrupção, a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União lançou, na última sexta-feira (09/12), o Guia de Conduta Profissional da SPU. O documento lista comportamentos esperados dos servidores e colaboradores na execução de suas atividades internas e no trato interinstitucional com representantes do setor privado ou com os cidadãos.

Construído em parceria com a Diretoria de Integridade e Conformidade da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, o guia estabelece a ética pública como elemento norteador para as condutas dos servidores e colaboradores que atuam na SPU em questões que se referem, direta ou indiretamente, à função pública ou às missões institucionais.

Além de trazer informações do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, o documento incorpora contribuições da Corregedoria e da Comissão de Ética do Ministério da Economia. Dessa maneira, cada servidor ou colaborador da SPU passa a ter ao seu dispor uma ferramenta completa para auxiliá-lo sobre as condutas adequadas em determinadas situações. “A proposta traz, para todos os servidores e colaboradores que atuam na SPU, uma referência ética para o exercício da função pública e concretização das missões institucionais da secretaria”, destacou a secretária da SPU, Fabiana Rodopoulos.

O documento também fortalece a cultura de integridade na SPU, no sentido de promover medidas institucionais destinadas à prevenção de atos de improbidade administrativa, conflito de interesses, desvios de finalidade, uso indevido de informações privilegiadas e práticas antiéticas.

Acesse o Guia de Conduta Profissional da SPU

<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/governanca/guia-de-conduta-profissional-da-spu/guia-de-conduta-profissional-spu.pdf/view>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 13/12/2022

## **MINISTÉRIO DA ECONOMIA FAZ VISITA TÉCNICA À JUNTA COMERCIAL DE MINAS GERAIS**

Pauta transcorreu sobre a fiscalização da atividade de auxiliares do comércio, como leiloeiros, gestores de armazéns gerais, tradutores e intérpretes públicos, entre outros

Representantes do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), ligado à Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME), realizaram visita técnica à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG). A iniciativa faz parte da agenda de integração nacional da atuação das juntas comerciais no registro e legalização de empresas.

Em reuniões presenciais realizadas na sede da JUCEMG, o Diretor do DREI, Allan Turano, discutiu temas recorrentes na rotina da entidade. Dentre as pautas, falou-se sobre a fiscalização da atividade de auxiliares do comércio, como leiloeiros, gestores de armazéns gerais, tradutores e intérpretes



públicos, bem como sobre as soluções técnicas criadas pela JUCEMG para integração dos seus serviços (API), a ampliação da oferta de certidões, além de sugestões para atualização do acervo normativo.

Na ocasião, a JUCEMG apresentou ainda um dos seus carros-chefes, o Núcleo Administrativo de Solução de Conflitos (NASC), criado para prevenir e solucionar casos de fraudes em processos de registro de atos societários, que ocorrem, por exemplo, por meio da falsificação de assinaturas, selos cartorários e até mesmo certificados digitais.

Durante a reunião, Turano destacou a importância das visitas técnicas. “Além de favorecer a uniformização de procedimentos e esclarecer a adequada interpretação e aplicação dos normativos federais, as visitas técnicas têm por objetivo conhecer iniciativas de destaque particulares de cada junta comercial e incentivar sua reprodução nos demais estados. Por exemplo, os procedimentos adotados pelo NASC da JUCEMG poderão servir de referência às demais juntas comerciais para prevenir ou remediar fraudes”, disse.

A direção da JUCEMG afirmou compromisso de colaboração com as ideias de ampliação de serviços propostas pelo DREI, como a ampliação dos códigos de atos e eventos para tornar a junta comercial um amplo repositório para registro de documentos relacionados às atividades empresariais, para além dos que já são registrados hoje. Essa medida dará mais transparência ao mercado e, de forma criativa, poderá gerar novas receitas para a junta.

Participaram dos encontros o presidente e vice-presidente, a secretária-geral, a diretora de Registro de Empresas, o procurador, o gerente de Tecnologia da Informação, além de diversos outros servidores e colaboradores da autarquia.

Saiba mais sobre a JUCEMG

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF*

*Data: 13/12/2022*

## **UNIDADES CORRECIONAIS SÃO BENEFICIADAS POR ASSINATURA DIGITAL COM VALIDADE DE FÍSICA**

Assinatura eletrônica avançada GOV.BR agora está integrada ao sistema ePAD da CGU

A assinatura eletrônica avançada do GOV.BR passou a estar integrada, nesta segunda-feira (12/12), ao Sistema de Apoio à Atividade Correccional (ePAD), que é utilizado pelas unidades correccionais da administração pública brasileira. A integração – que é resultado de parceria entre a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia e a Controladoria-Geral da União (CGU) – confere à assinatura avançada do GOV.BR no ePAD a mesma validade que a assinatura física.

Na prática, documentos digitais que eram apenas minutas passarão a ser legítimas peças processuais. Celeridade processual, segurança jurídica, melhoria da qualidade das informações, criação de base de conhecimento da área correccional, melhor registro do trâmite processual e mais eficiência no uso dos recursos públicos, entre outros, estão entre os benefícios da assinatura avançada GOV.BR no ePAD.

Unidades correccionais e agentes públicos envolvidos em procedimentos disciplinares são diretamente beneficiados, mas os benefícios alcançam a sociedade como um todo, já que integração da assinatura eletrônica avançada GOV.BR ao ePAD contribui para promover a integridade pública e o combate à corrupção.

Sistema de Apoio à Atividade Correccional

O ePAD oferecido pela CGU é sistema que, entre diversas outras funcionalidades, faz a gestão do ciclo de vida dos Procedimentos Disciplinares, com a criação da Matriz de Responsabilização (memória do processo disciplinar) e a geração das minutas das peças necessárias ao adequado trâmite dos procedimentos. Agora, desde que devidamente assinadas digitalmente, tais minutas passam a ter validade de autêntico documento processual.

Para se ter ideia do volume processual, 27.572 processos disciplinares foram instalados desde 2019, sendo que já foram concluídos 21.673, dos quais 12.231 geraram sanções.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF*

*Data: 13/12/2022*

## **ECONOMIA SIMPLIFICA O ENTENDIMENTO SOBRE O INOVA SIMPLES**

O DREI tira dúvidas e oferece orientações práticas aos usuários e às entidades envolvidas no processo de abertura e legalização de empresas

O Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), ligado a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME), oferece orientações práticas aos usuários e às entidades envolvidas no processo de abertura e legalização de empresas, por meio do Inova Simples. Em operação desde o segundo semestre de 2021, o Inova Simples é um regime que permite que iniciativas empresariais de caráter experimental sejam formalizadas, recebendo o nome de Empresas Simples de Inovação.

O processo, que segue as orientações do Ofício Circular 4767 de 2022, é feito de forma totalmente on-line, automática e gratuita. Os empreendedores obtêm uma inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e um certificado que atesta a regularidade de sua Empresa Simples de Inovação, o que lhes permite abrir contas bancárias e negociar a concessão de crédito com vantagens. Na página Preciso de Informações, podem obter mais esclarecimentos sobre o processo.

Em caso de sucesso, tais empresas poderão se transformar em tipos societários clássicos e com maior proteção, como as usuais sociedade limitada ou sociedade anônima. Já caso a iniciativa não atinja os resultados almejados, o processo de baixa (encerramento das atividades) deverá ser simplificado.

A par das vantagens, subsistiam ainda dúvidas jurídicas que afetam a rotina de negociação entre empreendedores e seus parceiros comerciais, como regime de responsabilidade, autonomia patrimonial, existência de capital mínimo, possibilidade de compra e venda de participações, dentre outros.

Segundo o Diretor do DREI, Allan Turano, a área sempre recebe questionamentos de instituições financeiras, entidades de concessão de crédito e até mesmo de usuários sobre questões jurídicas que ainda não possuem previsão em lei. “Por essa razão, no âmbito da competência técnica do Departamento optamos por solucionar diversas dúvidas recorrentes”, reforçou.

Turano ressaltou ainda a parceria do DREI com a Receita Federal, em diversos projetos do Departamento, e que neste caso contribuiu na indicação do cronograma do primeiro semestre de 2023 para a implementação de evoluções no sistema para simplificar e agilizar os procedimentos de alteração e baixa, que hoje, do ponto de vista operacional, também têm sido alvo de questionamentos pelos usuários. “Com esses ajustes, prevemos que o número de Empresas Simples de Inovação crescerá exponencialmente,” concluiu.

### **Inova Simples**

O Inova Simples é um processo simplificado de formalização do negócio que concede às iniciativas empresariais de caráter incremental ou disruptivo que se autodeclarem como empresas de inovação



tratamento diferenciado com vistas a estimular sua criação, formalização, desenvolvimento e consolidação como agentes indutores de avanços tecnológicos e da geração de emprego e renda.

Obtenha mais informações sobre o Inova Simples e as suas Empresas Simples de Inovação

<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/inoва-simples/preciso-de-informacoes>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 13/12/2022

## BALANÇA COMERCIAL ACUMULA SUPERÁVIT DE US\$ 2,33 BILHÕES EM DEZEMBRO

Até a segunda semana do mês, exportações somam US\$ 9,06 bilhões e importações totalizam US\$ 6,73 bilhões; no ano, saldo positivo é de US\$ 59,86 bilhões

Abalança comercial acumulou superávit de US\$ 2,33 bilhões em dezembro, até a segunda semana, representando alta de 90,9% em relação ao mesmo período do ano passado. A corrente de comércio, até a segunda semana deste mês, alcançou US\$ 15,79 bilhões, elevação de 15,7% em relação a igual período de dezembro de 2021. Os dados, divulgados nesta segunda-feira (12/12) pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia, revelam crescimento de 21,9% nas exportações, que somaram US\$ 9,06 bilhões no período, e aumento de 8,3% nas importações, que totalizaram US\$ 6,73 bilhões. Os índices de variações percentuais consideram o critério de média diária das operações.

No acumulado do ano, até a segunda semana de dezembro, o superávit chegou a US\$ 59,86 bilhões, alta de 3,7% na comparação com o período de janeiro a dezembro do ano passado, pela média diária. A corrente de comércio aumentou 22,3%, atingindo US\$ 574,99 bilhões, com US\$ 317,42 bilhões de exportações (+20,3%) e US\$ 257,56 bilhões em importações (+24,9%).

Considerando apenas a segunda semana de dezembro, o superávit foi de US\$ 1,70 bilhão. A corrente de comércio chegou a US\$ 11,46 bilhões, resultado de exportações de US\$ 6,58 bilhões e importações de US\$ 4,87 bilhões.

### **Confira os principais resultados da balança comercial**

[https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg\\_principal\\_bc/principais\\_resultados.html](https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg_principal_bc/principais_resultados.html)

### **Desempenho dos setores**

A Secex observou crescimento das vendas de todos os segmentos em dezembro deste ano, considerando os resultados acumulados até a segunda semana. O aumento foi de 20,2% (critério de média diária) nas exportações da agropecuária, que somaram US\$ 1,39 bilhão no período. Também houve alta de 65,0% nas vendas externas da indústria extrativa, que chegaram a US\$ 3,02 bilhões; e de 4,6% nos embarques da indústria de transformação, que alcançaram US\$ 4,62 bilhões.

Na agropecuária, os destaques das exportações no mês foram, até a segunda semana, milho não moído, exceto milho doce; café não torrado e soja. Na indústria extrativa, os resultados foram impulsionados, principalmente, por óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus; carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado; e minérios de níquel e seus concentrados. Na indústria de transformação, os destaques foram açúcares e melaços; óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos; além de tabaco, descaulificado ou desnervado.

Do lado das importações, houve retração de 13,6% (média diária) nas compras da agropecuária no mercado internacional em dezembro, até a segunda semana do mês, que ficaram em US\$ 124,44 milhões; além de alta de 29,4% nas da indústria extrativa, que chegaram a US\$ 623,30 milhões. Já os desembarques para a indústria de transformação aumentaram 8,3%, alcançando US\$ 5,92 bilhões. A combinação destes resultados motivou a ampliação das importações, explica a Secex.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 13/12/2022



## TESOURO NACIONAL PARTICIPA DA 9ª EDIÇÃO DA SEMANA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Entre esta segunda-feira (12/12) e a próxima sexta, dia 18, ocorre a 9ª edição da Semana Nacional de Educação Financeira (Semana Enef), uma iniciativa promovida pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF). O tema central do evento será Resiliência Financeira. A Secretaria do Tesouro Nacional participa dessa jornada de conhecimento. Os eventos organizados pelo Tesouro terão transmissão pelo YouTube ([www.youtube.com/tesouronacional](http://www.youtube.com/tesouronacional)).

O FBEF foi criado em 2020, com objetivo de dar mais agilidade e eficiência às ações relacionadas à Enef, cuja primeira versão foi criada em 2010. A presidência do Fórum funciona em esquema de rodízio a cada período de 24 meses e, em 2022, ela passou a ser exercida pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Confira a programação completa da Semana Nacional de Educação Financeira**

<https://www.gov.br/semanaenef/pt-br>

A nova Enef foi instituída junto à criação do FBEF, com foco em iniciativas, projetos e programas realizados pelos integrantes do Fórum, individualmente ou por meio de parcerias, com instituições públicas, privadas ou do terceiro setor.

Além da CVM, integram o Fórum: Banco Central do Brasil (BC), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência (Sprev), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senacon) e Ministério da Educação (MEC).

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF*

*Data: 13/12/2022*

## EVENTO NA INDONÉSIA DEBATE A MONETIZAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO ESTADO

Experiência da Secretaria de Coordenação e Gestão do Patrimônio da União foi tema de uma das palestras

A convite do Governo da Indonésia e do Banco Mundial (BM), a secretária de Coordenação e Gestão do Patrimônio da União, Fabiana Rodopoulos, participou, de maneira virtual, do workshop Monetização e Gestão de Ativos do Estado, em Jacarta, capital da Indonésia. O evento foi realizado de maneira híbrida e reuniu representantes de diversos países e organismos internacionais como o Banco Mundial, a International Finance Corporation (IFC) e a Canada Lands Company, entre outros.

Um dos objetivos do encontro foi apresentar experiências internacionais para apoiar o governo da Indonésia no desenvolvimento de seu plano diretor de gerenciamento de ativos. A ideia surgiu diante da decisão governamental de mudar sua capital administrativa para a cidade de Kalimantan Oriental, em 2024.

Com a nova capital, ativos significativos do governo – principalmente terrenos e edifícios – serão deixados sem uso em Jacarta. O governo indonésio pretende monetizar esses ativos para ajudar a financiar o custo do novo desenvolvimento de capital, estimado em 32,8 bilhões de dólares. O Ministério das Finanças da Indonésia está desenvolvendo um plano diretor de gestão de ativos e solicitou ao Banco Mundial apoio em modelos e melhores práticas para arrendar, conceder ou monetizar esses ativos para otimizar seu valor.

### **Workshops**



A série de workshops híbridos (presenciais e on-line) foi organizada pelo Banco Mundial para levar experiências e compartilhar conhecimento sobre questões chave a serem consideradas. Cada workshop foi conduzido por um painel composto por representantes do governo indonésio e especialistas internacionais e moderado pelo Banco Mundial. Os workshops foram planejados para serem interativos e de fluxo livre, apresentando alguns dos aspectos mais relevantes a serem considerados.

Nesse contexto foi feita a exposição da secretária da SPU, Fabiana Rodopoulos. Ela apresentou a palestra Gestão de Ativos, Governança e Planejamento: Lições do Brasil, na qual fez um balanço do trabalho realizado pela Secretaria de Coordenação e Gestão do Patrimônio da União (SPU), órgão do Ministério da Economia, na atual gestão.

Entre os resultados compartilhados por Rodopoulos se destacaram: a implementação de uma forte política de qualificação da informatização dos serviços desenvolvidos pela secretaria (transformação digital), com melhoria no processo de trabalho; o aumento exponencial do número de vendas e alienações, proporcionando crescimento na arrecadação para cofres públicos (inovação na gestão); projetos de ocupação otimizada e compartilhada dos imóveis de uso especial utilizados pela administração pública; regularização fundiária urbana; e mudança na maneira de se comunicar com a sociedade, entre outros.

### **Benefícios**

Outro destaque da apresentação foi a maratona sobre educação e construção de soluções blockchain na Web3 - Hackathon Web3 – Tokenização do Patrimônio da União – lançada recentemente pela SPU, que tem como objetivo fomentar a educação sobre o tema e estimular a criação de soluções para desafios da administração pública federal relacionados a atribuições legais da SPU, como: caracterização e incorporação, destinação dos bens da União e gestão de contratos.

A exposição da secretária apresentou, também, a identificação dos principais objetivos a serem alcançados por meio da monetização de ativos, como a mobilização inicial de capital e a entrega de benefícios econômicos e sociais. “A experiência do Brasil na gestão do patrimônio da União poderá contribuir com o governo da Indonésia nas próximas ações em relação à mudança da nova capital administrativa do país”, afirmou Rodopoulos.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF*

*Data: 13/12/2022*

## **MINISTÉRIO DA ECONOMIA LANÇA IRP PARA CONTRATAR PLATAFORMA TECNOLÓGICA DE ORQUESTRAÇÃO DE SERVIÇOS EM NUVEM**

Interessados têm até quarta-feira, dia 14/12, para participar da IRP nº 23/2022; publicação do edital está prevista para a primeira quinzena de fevereiro de 2023

Órgãos e entidades da Administração Pública Federal têm até quarta-feira 14/12, para manifestar interesse em participar da contratação de plataforma tecnológica de orquestração de serviços em nuvem dos fabricantes Red Hat, Suse e VMware, por meio da Intenção de Registro de Preços (IRP) nº 23/2022. A IRP foi lançada pelo Ministério da Economia no final de novembro.

A plataforma é baseada em contêineres, orquestração de nuvem híbrida (multicloud), microserviços e integração via APIs e de serviços especializados para operação assistida. A publicação do edital está prevista para a primeira quinzena de fevereiro de 2023 e a publicação da Ata de Registro de Preços para a segunda quinzena de março do ano, conforme cronograma disponível na internet.

A licitação atende à demanda dos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISIP, mas também serve a outros entes, como governos estaduais e municipais, desde que sejam observadas as especificações técnicas focadas nas necessidades da Administração Pública Federal.



Nos artefatos do processo interno, tais como o Estudo Técnico Preliminar, os órgãos precisam justificar a necessidade da contratação e demonstrar os quantitativos nos moldes do previsto na Instrução Normativa SGD-ME nº 01/2019, com a indicação de memória de cálculo. Não é necessário o envio do Estudo Técnico Preliminar ou outro documento do Planejamento da Contratação para a Central de Compras.

Para participar, o órgão deve registrar seu interesse, exclusivamente, por meio do Portal de Compras. Demandas encaminhadas por e-mail, ofício ou pelo sistema SEI não serão aceitas.

O Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Gerenciamento de Risco referentes à Intenção de Registro de Preços (IRP nº 23/2022) podem ser obtidos no Comprasnet. Para tal, é necessário que o órgão interessado efetue o login no sistema e acesse o módulo IRP.

Eventuais solicitações de esclarecimento ou dúvidas devem ser enviadas para o e-mail: [dplat@economia.gov.br](mailto:dplat@economia.gov.br)

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF**

**Data: 13/12/2022**

## GOVERNO REGULAMENTA PROGRAMA PARA RENOVAR FROTA RODOVIÁRIA

Iniciativa beneficia profissionais de transporte e o meio ambiente

O governo federal regulamentou as regras do Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária (Programa Renovar) ao publicar o Decreto nº 11.276/2022. Com a medida, será possível colocar em prática a política proposta pelo Ministério da Economia para estimular, de forma voluntária, a retirada de circulação de veículos que não atendam aos parâmetros técnicos de rodagem ou que tenham mais de 30 anos de fabricação. Os benefícios se aplicam a caminhões, implementos rodoviários, ônibus, micro-ônibus, vans e furgões. As novidades deverão ajudar, especialmente, os motoristas autônomos, que detêm frota mais antiga.

Os princípios do Programa Renovar já estavam presentes na Lei nº 14.440/2022, de setembro deste ano (originária da Medida Provisória nº 1.112/2022). A regulamentação, entretanto, era etapa indispensável para permitir a efetiva execução do programa. O novo Decreto nº 11.276/2022, publicado na edição da última sexta-feira (9/12) do Diário Oficial da União, foi assinado pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro; e pelos ministros da Economia, Paulo Guedes; da Infraestrutura, Marcelo Sampaio Cunha Filho; e do Meio Ambiente, Joaquim Leite.

O objetivo do Programa Renovar é aumentar a produtividade, a competitividade e a eficiência da logística no país, além de melhorar a qualidade de vida dos profissionais de transporte. A medida também dá mais segurança nas estradas e reduz a emissão de gases no meio ambiente, ao equipar a frota nacional com veículos menos poluentes. Ao lançar o programa, o governo alertou que estudo da Universidade de São Paulo (USP) demonstra que caminhões e ônibus respondem por 47% da poluição do ar por carbono negro na cidade de São Paulo, apesar de representarem somente 5% da frota veicular. Ao mesmo tempo, a iniciativa ajuda a reduzir o “Custo Brasil”, ampliando a competitividade do país no mercado internacional.

### **Eficiência**

Quando encaminhou a proposta de criação do Programa Renovar ao Congresso, o Poder Executivo citou, entre outros dados, informações da Secretaria Nacional de Trânsito, indicando haver 3,5 milhões de caminhões em circulação no Brasil. Desse total, cerca de 26% dos veículos tinham mais de 30 anos de fabricação, considerada a idade em que o veículo já atingiu o fim de sua vida útil.

Ao justificar a importância da proposta, o governo também mencionou que a idade média da frota de transporte de cargas nacional acima de 3,5 toneladas é de 14,8 anos, conforme dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Trata-se, portanto, de uma idade média



avançada em comparação com os países desenvolvidos, nos quais a idade média da frota circulante gira em torno de oito anos.

O Renovar integra ações público-privadas. A União oferecerá recursos para a recompra dos caminhões em final de vida útil. Já o setor privado, em contrapartida, poderá ofertar produtos e serviços — crédito cooperativado, garantia estendida, revisões, seguros, consórcios, etc. — que beneficiarão os usuários do programa na aquisição de veículos novos.

### **Etapas**

O programa será implantado em etapas, sob a coordenação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). No primeiro momento, promoverá a recompra do caminhão a ser sucateado e o caminhoneiro receberá o valor de mercado do veículo, com recursos das empresas contratadas para exploração e produção de petróleo e gás natural. A prioridade para o acesso aos benefícios previstos será dos transportadores autônomos de cargas e associados das cooperativas de transporte de carga. A adesão ao programa é voluntária. Os interessados em participar deverão comprovar a baixa definitiva do registro do bem elegível e de seu desmonte ou destruição, como sucata.

O Renovar está alinhado aos preceitos de outra iniciativa do governo, o Programa de Incentivo ao Transporte Rodoviário de Cargas, o “Gigantes do Asfalto”, lançado em maio de 2021. O Gigantes do Asfalto é um instrumento de coordenação, articulação e incentivo a programas, além de facilitar a promoção da saúde e do bem-estar dos brasileiros que trabalham no setor. Com a execução do programa, espera-se prover melhores condições de trabalho para os caminhoneiros e contribuir para o equilíbrio da remuneração no âmbito da estrutura logística rodoviária do país, além de reduzir burocracia.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF*

*Data: 13/12/2022*

## **PLATAFORMA GOV.BR PASSA A INTEGRAR SERVIÇOS DE 420 CARTÓRIOS PAULISTAS**

Integração facilita acesso e atendimento da população paulista a processos relacionados a protestos em cartório com login único e assinatura digital

A população de São Paulo agora tem acesso mais fácil à Central de Protesto do Estado de São Paulo (Cenprot-SP), plataforma que reúne os serviços digitais de 420 cartórios paulistas. Com o login único e a assinatura digital GOV.BR, o cidadão pode realizar consultas, emitir autorizações, solicitar cancelamento e obter certidões referentes a dívidas e inadimplência protestadas por credores.

A iniciativa deve beneficiar cerca de 1,2 milhão de usuários, que já registraram, aproximadamente, 35 milhões de registros de protestos na base de dados da central. Entre as vantagens da integração, estão a gratuidade e a facilidade no uso do GOV.BR, que dispensa a necessidade de certificado digital pago, ampliando os serviços dos cartórios para um número maior de pessoas.

"Anteriormente, para usar os serviços online dos cartórios de protesto, o cidadão precisava ter um e-CPF, que é um certificado caro e ainda pouco acessível para grande parte da população. A parceria com a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia facilita a vida do usuário e nos integra aos mais de 4 mil serviços do GOV.BR", explica o presidente do Instituto de Estudos de Protesto de Títulos de São Paulo (IEPTB/SP), José Carlos Alves.

Para o coordenador-geral de Plataformas de Identidade Digital da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, Hudson Mesquita, a integração com os cartórios vem para reforçar o potencial de simplificação da relação do cidadão com o governo. "Agora, de forma segura e gratuita, a partir do uso da assinatura GOV.BR, o usuário tem acesso a novos serviços pela internet", ressalta.



### Segurança digital

A Cenprot-SP passa a aceitar login e assinatura GOV.BR para acessar os serviços oferecidos pelos cartórios, mas o cidadão deve ter conta nível ouro ou prata na plataforma. Isso também vale para quem procura ter acesso a informações classificadas como críticas pela Central de Protesto.

O cidadão que possui apenas nível bronze será orientado a mudar de opção. Quem ainda não tem conta GOV.BR e deseja utilizar as facilidades online da central será direcionado a uma página específica para a criação de login (CPF) e senha.

### Serviços disponíveis

O primeiro serviço integrado à plataforma do governo é o Avise-me Cenprot-SP, que notifica gratuitamente o cidadão sobre qualquer protesto envolvendo o seu nome, interposto em um dos 420 cartórios paulistas. Para o próximo semestre, a assinatura digital GOV.BR também poderá ser usada em processos de negociação de dívidas com intermediação da Central.

A parceria entre a Secretaria de Governo Digital e a Cenprot-SP se baseia na Lei 14.382/2022, que dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp) e integra os cartórios brasileiros por meio digital. A lei prevê ainda modernização e simplificação dos procedimentos relativos aos registros de atos, negócios jurídicos e incorporações imobiliárias.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF  
Data: 13/12/2022*



## BE NEWS – BRASIL EXPORT

### EDITORIAL – A SOLUÇÃO INTERMODAL

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A segurança e o combate a acidentes e outras ocorrências nos portos de Santos e São Sebastião, ambos no Litoral de São Paulo, ganharam um reforço importante na tarde dessa segunda-feira, dia 12, com o lançamento de um aplicativo para agilizar a comunicação desses fatos. O evento ocorreu na cidade de Santos, na sede do posto avançado local da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A ferramenta foi desenvolvida pela Comissão Estadual de Prevenção de Acidentes e Incidentes do Complexo Portuário de Santos e São Sebastião (Cepai-SP).

Conforme reportagem publicada na edição desta terça-feira, dia 13, do BE News, a utilização do aplicativo “agilizará a comunicação entre terminais e autoridades portuárias no momento das ocorrências, acelerando as ações conjuntas e minimizando possíveis desencontros de informações”.

É cada vez mais importante a digitalização de processos e a informatização no setor portuário, como forma de agilizar atividades, reduzir custos e garantir uma maior confiabilidade nas informações. E certamente no combate a acidentes e incidentes de segurança, essa estratégia ganha maior importância. A questão é que tal iniciativa não deve se resumir à área da segurança. É importante que o uso da tecnologia avance, de modo que outros setores possam ter seus procedimentos agilizados.

A iniciativa da Cepai-SP, ao desenvolver esse app, é elogiável e deve servir de exemplo para outros setores portuários e, ainda, outros portos. Que esse segmento invista e amplie cada vez mais sua digitalização, que garante maior eficiência e agilidade operacional e, dessa forma, em última análise, torna os complexos marítimos mais competitivos.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 13/12/2022*

### **NACIONAL - HUB – CURTAS**

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

#### **DESESTATIZAÇÃO 1**

O processo de desestatização do Porto de Santos será votado hoje, dia 13, pelo plenário do Tribunal de Contas da União (TCU). A tendência é que os ministros sigam o voto do relator e, mesmo com a determinação de ajustes ao projeto, aprovem a proposta. Mas não está descartado que algum integrante da Corte de Contas venha a pedir vistas ao texto. De qualquer forma, já há um acordo entre a atual gestão do Ministério da Infraestrutura e a equipe de transição do Governo Federal de que essa privatização não vai avançar. Assessores do presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva já informaram que querem analisar com calma o modelo adotado. A princípio, para Santos, o principal porto do Brasil, eles defendem a desestatização de serviços de apoio à gestão do complexo, como a administração da dragagem de manutenção.

#### **DESESTATIZAÇÃO 2**

Nessa segunda-feira, dia 12, às vésperas do TCU votar o projeto de desestatização do Porto de Santos, o governador eleito de São Paulo, o ex-ministro da Infraestrutura Tarcísio Gomes de Freitas, defendeu a proposta. E destacou que “não tem porque adiar processo que está tão adiantado”. Para ele, o Estado deve ter capacidade de investimento, mas deve desvincular receitas para destravar projetos públicos em infraestrutura. Foi durante a gestão de Tarcísio na pasta que o projeto da desestatização santista foi elaborado.

#### **COMPENSAÇÃO PORTUÁRIA**

Começa a tramitar no Senado o Projeto de Lei (PL) n. 2.631/2022, que, se sancionado, irá destinar ao menos 1,5% da receita dos portos delegados pela União aos municípios impactados pelas atividades do complexo marítimo, como uma forma de compensação. O texto é do senador Flávio Arns (Podemos-PR). O objetivo, segundo ele, é combater a “grave injustiça social” que afeta essas cidades, “ao inserir um dispositivo naquele diploma legal para autorizar a destinação de até 1,5% da receita auferida nos portos delegados para fins de compensação dos municípios impactados pela atividade portuária. Com isso, os portos brasileiros poderão dar cumprimento aos seus objetivos de desenvolvimento econômico sustentável, pautados no compromisso com a sociedade e com as futuras gerações”.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/12/2022

### **NACIONAL - QUASE 90% DAS OBRAS FISCALIZADAS PELO FISCOBRAS APRESENTAM IRREGULARIDADES GRAVES**

Das 34 obras fiscalizadas, três receberam recomendação de paralisação. Trinta apresentaram indícios de irregularidade grave

Por **TALES SILVEIRA** [tales@portalbenews.com.br](mailto:tales@portalbenews.com.br)



**Em dezembro de 2021, o governo abriu o processo de caducidade da ViaBahia, responsável pela BR-116/BA**

Quase 90% das obras fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) possuem indícios de irregularidades graves. As conclusões são da 26ª edição do Plano Anual de Fiscalizações de Obras Públicas (Fiscobras) do órgão, aprovado na semana passada.



O documento tem o objetivo de verificar o processo de execução de obras públicas financiadas total ou parcialmente com recursos da União. A edição trouxe a análise de 34 empreendimentos de infraestrutura distribuídos em quatro regiões do país.

Entre os empreendimentos listados, estão obras importantes como a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), a Usina Nuclear de Angra III, o Cinturão das Águas do Ceará, além de rodovias nos Estados da Bahia, do Pará, do Paraná, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

Segundo o relatório, os resultados revelam baixa performance geral no controle das obras públicas, “quer em andamento ou paralisadas, por meio de sistemas informatizados, pelos segmentos da administração pública avaliados”.

Para se ter uma ideia, das 34 obras analisadas, 30 (88,2%) possuem indícios de irregularidades graves. Além disso, três fiscalizações com indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (IGP) identificados em exercícios anteriores. São elas: adequação do trecho rodoviário na BR-116/BA; obras de construção da BR-040/RJ; e obras de ampliação de capacidade da BR-290/RS.

No caso da BR-116/BA, os problemas foram detectados pelo tribunal já em 2018. À época, foram apontados que os projetos executivos de geometria, obras complementares e concepção de passarelas e de pavimentação estavam em desconformidade com as premissas do edital, e que o projeto executivo era deficiente pela não apresentação de todos os componentes necessários.

Na BR-040/RJ, os problemas são datados de 2015, e incluem projeto básico e executivo desatualizados e deficientes, sobrepreço no fluxo de caixa marginal decorrente de superestimava de alíquota de IRPJ e CSLL e da base de cálculo do IRPJ e da CSLL e sobrepreço no orçamento da obra.

Em relação à BR-290/RS, em 2016, houve indicação de superfaturamento no cálculo da remuneração das obras, segundo o TCU. Em todos os casos, a reavaliação, em 2022, manteve a indicação de suspensão de paralisação.

Inovações e sugestão à LOA O relatório de 2022 trouxe informações sobre o panorama das obras públicas, tais como: a visão geral das obras na LOA 2022 e a perspectiva para 2023; o universo de obras públicas federais no Brasil; e o diagnóstico setorial das obras.

Além da pesquisa na LOA, o Fiscobras 2022 utilizou-se da base de detalhamentos de ações orçamentárias, disponível no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), para refinar a identificação. Com base nessa metodologia, foi identificada a dotação total de R\$ 101,1 bilhões para ações relacionadas com obras ou serviços de engenharia na LOA de 2022.

### **Confira os principais dados do relatório:**

- 34 fiscalizações distribuídos nos seguintes setores: nove em rodovias; seis em saneamento/habitação; cinco em hídricas (barragens, açudes, adutoras e canais); quatro em edificações; três em ferrovias; três em aeroportos; e quatro em refinaria, energia, metroviárias, produção de petróleo;
- 30 fiscalizações, ou 88,2% do total, com indícios de irregularidade grave;
- Três fiscalizações com indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (IGP) identificados em exercícios anteriores. São elas: adequação do trecho rodoviário na BR-116/BA; obras de construção da BR-040/RJ; e obras de ampliação de capacidade da BR-290/RS;
- R\$ 39 bilhões fiscalizados com dotação orçamentária abrangida de R\$ 35 bilhões;
- 12 estados em quatro regiões;
- Sudeste com maior volume de recursos fiscalizados: R\$ 33 bilhões em oito empreendimentos;

- Analisadas informações sobre obras públicas nos setores de desenvolvimento urbano, saneamento básico, habitação, mobilidade urbana, educação, proteção e defesa civil e alguns segmentos de saúde;
- No setor de mobilidade urbana, 3.482 contratos foram classificados como "em execução", sob gestão da Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, com valores gastos da ordem de R\$ 3,8 bilhões. O montante da Lei Orçamentária Anual (LOA) ao setor foi de R\$ 76 milhões;
- Sete unidades técnicas especializadas do TCU envolvidas no trabalho.

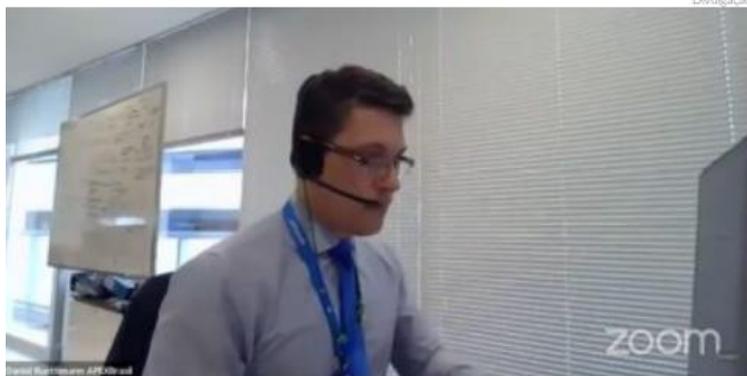
Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/12/2022

### **NACIONAL - APEXBRASIL ENUMERA GARGALOS PARA ENTRADA DE INVESTIDORES ESTRANGEIROS NO PAÍS**

Para chefe da Divisão de Investimentos da agência, alguns problemas detectados ainda não foram precificados pelo mercado internacional

Por **TALES SILVEIRA** [tales@portalbenews.com.br](mailto:tales@portalbenews.com.br)



**João Daniel Ruettimann participou da live especial “Captação de Investimentos estrangeiros para o setor de Infraestrutura” promovida pelo Brasil Export**

Insegurança jurídica, Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) alto e falta de projetos estruturados. Esses são os principais gargalos apontados pelo chefe da Divisão de Investimentos da Agência Brasileira de Promoção de

Exportações e Investimentos (ApexBrasil), João Daniel Ruettimann, para a entrada de novos investidores internacionais no Brasil.

Ele deu essa declaração durante a live especial “Captação de Investimentos estrangeiros para o setor de Infraestrutura” promovida pelo Brasil Export, ontem (12). Segundo Ruettimann, problemas como a definição de competências para regulação de projetos ainda não foram precificados pelo mercado internacional.

“No ambiente de negócios brasileiro a insegurança jurídica é um ponto fundamental. A sobreposição de competências ainda não foi pacificada do ponto de vista do investidor estrangeiro, particularmente na questão do licenciamento ambiental. Portanto, é ainda uma questão de insegurança”, disse.

Ainda de acordo com o chefe da Divisão de Investimentos, é preciso que o WACC, que é a taxa que mede a remuneração requerida sobre o capital investido em um determinado avo, tenha valores muito altos. Portanto, projetos sem retornos excepcionais são praticamente descartados pelo mercado internacional.

“Outra coisa é o custo ponderado médio de capital que é contado. Isso significa que, infelizmente, quando temos esse custo alto, o retorno esperado de um projeto tem que ser excepcional. Isso já elimina uma série de projetos que podem fazer sendo para o investidor doméstico, mas para o internacional não faz”, explicou.

O terceiro movimento é a falta de projetos bem estruturados que já podem ser apresentados em roadshows internacionais. A causa é a falta de verba para investir na estruturação dos modelos de concessão ou autorização.

“Não temos liquidez suficiente para fases de estruturação do projeto até que ele faça a originação, ou seja, o fundraising lá fora. Para se fazer um projeto é preciso gastar dinheiro e, portanto, essa questão é mais um gargalo, uma vez que há falta de projetos bem estruturados para atrair esse capital”, falou.

Apesar dos gargalos, João Daniel Ruettimann acredita que as reformas feitas em leis importantes como o BR do Mar, Nova Lei de Licitações, Marco das Ferrovias, Lei das Agências Reguladoras e novo Marco da Securitização tragam efeitos positivos na atração de investimentos internacionais.

“O perfil de risco brasileiro, ainda mais para contratos de longo prazo e que lidam com infraestrutura, é sempre tema de debate. Esperamos que essas novas reformas tragam a mudança de paradigma e reflitam na percepção e na realidade dos projetos estruturados aqui”, disse.

### Chamamento público

A live contou ainda com a presença do analista de Investimentos Internacionais, na ApexBrasil, Marcos Vale. O executivo falou que a agência estruturará uma ferramenta de chamamento público para atrair interessados a ter um cadastro permanente de busca de investimentos de interesse. Atualmente a ApexBrasil estrutura uma carteira para investidores somente quando é provocada.

“Ainda não estruturamos um chamamento público para formar um cadastro. Mas é uma atividade que iremos estruturar no primeiro trimestre. Iremos criar critérios e um modo de entrada permanente. Por hora ainda temos um processo reativo, onde a procura é feita pelas empresas com dados iniciais. A partir daí fazemos o nosso trabalho para encontrar o mínimo necessário para que o investidor tenha apete”, explicou.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/12/2022

## NACIONAL - INTEGRANTES DO BRASIL EXPORT RECEBEM A MEDALHA MAUÁ EM BRASÍLIA

Honraria é o mais importante reconhecimento de serviços prestados ao progresso do setor de transportes no país

Por **TALES SILVEIRA** [tales@portalbenews.com.br](mailto:tales@portalbenews.com.br)



**O CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, será um dos oito integrantes condecorados com a Medalha Mauá**

**A MEDALHA MAUÁ FOI CRIADA PARA LAUREAR PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, CIVIS OU MILITARES, NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS QUE, DE FORMA DETERMINANTE, TENHAM CONTRIBUÍDO PARA O DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO DO SETOR TRANSPORTE**

Membros do Brasil Export receberão hoje (13), em Brasília (DF), uma das maiores honras para quem desenvolve o transporte no país: a Medalha Mauá. Ao todo, oito integrantes do Fórum serão condecorados, entre eles o próprio CEO do Fórum, Fabrício Julião. O evento, promovido pelo Ministério da Infraestrutura, tem início às 19 horas, no Clube Naval.

A Medalha do Mérito Mauá foi criada pelo Decreto no 55.475,/1965 e restabelecida pelo Decreto no 3.047, de 6 de maio de 1999. É uma condecoração criada para laurear pessoas físicas ou jurídicas, civis ou militares, nacionais ou estrangeiras que, de forma determinante, tenham contribuído para o desenvolvimento e progresso do Setor Transporte.

Além do CEO do Brasil Export, serão condecorados o presidente da Intermarítima Portos e Logística SA, Roberto Oliva, o diretor do Grupo Agemar, Manoel Ferreira, o gerente-geral de Logística da Eldorado Brasil, Flávio da Rocha Costa, presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, o CEO da Santos Brasil, Antônio Carlos Sepúlveda, a presidente da Companhia Docas do Ceará, Mayhara Chaves e o presidente do conselho nacional do Brasil Export, José Roberto Campos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/12/2022

## REGIÃO SUDESTE - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO LANÇA NOME FANTASIA 'PORTOS RIO'

Objetivo é fortalecer a imagem corporativa no setor portuário, com foco no desenvolvimento sustentável e na satisfação dos usuários dos seus portos

Por **BÁRBARA FARIAS** [barbara@portalbenews.com.br](mailto:barbara@portalbenews.com.br)



**Nome fantasia e logomarca foram lançados na manhã de ontem (12), no auditório da Associação Comercial do Rio de Janeiro**

**A INICIATIVA FAZ PARTE DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E REPOSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DA AUTORIDADE PORTUÁRIA, QUE MANTÉM SUA RAZÃO SOCIAL COMO COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**

A Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), que administra os Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, lançou, na manhã de ontem (12), no auditório da Associação Comercial do Rio de Janeiro, o seu novo nome fantasia “Portos Rio” e logomarca.

A iniciativa faz parte do processo de modernização e reposicionamento estratégico da Autoridade Portuária, que mantém sua razão social como Companhia Docas do Rio de Janeiro. O site oficial já está de layout novo, inclusive no domínio ([www.portosrio.gov.br](http://www.portosrio.gov.br)).

“A nova marca reflete o trabalho técnico, sério e incansável desenvolvido pelas equipes administrativas e operacionais em dezenas de ações e projetos executados no intuito de aperfeiçoar os processos da companhia e modernizar a infraestrutura dos portos que administra, o que nos levou a alcançar mais eficiência, agilidade, transparência e competitividade”, afirmou o diretor presidente da ‘Portos Rio’, Francisco Antônio de Magalhães Laranjeira.

Segundo nota da companhia, ao implementar o nome fantasia, o objetivo é “evidenciar a nova realidade da gestão da Autoridade Portuária; reforçar a relevância da ‘Portos Rio’ junto aos stakeholders; resgatar o autêntico papel de uma Autoridade Portuária; fortalecer sua imagem corporativa no setor portuário, com foco no desenvolvimento sustentável e na satisfação dos usuários dos seus portos; e mostrar seu olhar para o futuro, visando ser referência no Hemisfério Sul”.

### Processo de criação

O primeiro passo da consultoria contratada para a escolha de naming (novo nome) e branding (nova marca) foi a elaboração de uma pesquisa junto aos empregados da companhia para entender a percepção sobre a marca atual e os fatores considerados mais relevantes.

Os colaboradores também puderam sugerir um novo nome para a empresa. Em seguida, as sugestões foram analisadas junto com os nomes propostos pela consultoria.

Com o nome eleito pela diretoria executiva da CDRJ, a empresa contratada passou para a etapa de criação do logotipo e identidade visual. A diretoria selecionou, então, três opções de logomarca para votação junto aos empregados da companhia. A opção mais votada foi também a escolhida pela diretoria.

Segundo o diretor de Negócios e Sustentabilidade, Jean Paulo Castro e Silva, “a nova logomarca traduz não somente o tipo de negócio, mas também um conceito institucional de mudança, de foco nos serviços, de envolvimento com o mercado cada vez mais globalizado, e o acréscimo da cor verde aos tons de azul herdados da marca anterior, denotam um avanço, uma adequação, a preocupação com a sustentabilidade, principalmente com relação ao mar, intimamente ligado ao negócio da companhia”.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 13/12/2022**

## REGIÃO SUDESTE - APLICAVO AGILIZARÁ COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIAS EM PORTOS DE SP

Ferramenta voltada à segurança portuária foi lançada ontem pela Antaq e Cepai-SP

Por **BÁRBARA FARIAS** [barbara@portalbenews.com.br](mailto:barbara@portalbenews.com.br)



***O aplicativo foi desenvolvido para dar celeridade à troca de informações sobre ocorrências nos portos de Santos (foto) e São Sebastião***

Os terminais localizados nos portos de Santos e São Sebastião, no litoral paulista, contarão com um aplicativo que agilizará a comunicação de ocorrências no âmbito da segurança. A ferramenta foi lançada pela Comissão Estadual de Prevenção de Acidentes e Incidentes do Complexo Portuário de Santos e São Sebastião (Cepai-SP), na tarde de ontem (12), no Auditório do Posto Avançado da Agência

Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em Santos.

Segundo a Antaq, que coordena os trabalhos da comissão, o uso do aplicativo “agilizará a comunicação entre terminais e autoridades portuárias no momento das ocorrências, acelerando as ações conjuntas e minimizando possíveis desencontros de informações”.

O aplicativo foi desenvolvido pela WA Sistemas e Aplicativos para dar celeridade à troca de informações sobre ocorrências nos dois complexos portuários paulistas.

Representam o Cepai-SP o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Marinha do Brasil; Exército Brasileiro; Polícia Federal do Brasil; Receita Federal do Brasil; Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo; Polícia Militar do Estado de São Paulo; Policiamento Rodoviário do Estado de São Paulo; Defesa Civil do Estado de São Paulo; Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb); Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp); Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim); Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra); Associação Brasileira de Terminais de Líquidos (ABTL); Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP); Santos Port Authority (SPA); e Comissão de Prevenção de Acidentes no Trabalho Portuário (CPATP) e terminais convidados.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 13/12/2022**

## REGIÃO NORDESTE - MARANHÃO COMEÇA A RECEBER PEÇAS DO FOGUETE QUE SERÁ LANÇADO DE ALCÂNTARA

Lançamento deve ocorrer entre os dias 19 e 21 deste mês por empresa espacial sul-coreana  
Por VANESSA PIMENTEL [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



***Algumas peças do foguete chegaram da Coreia do Sul por avião e outras por via terrestre, vindas do Porto de Santos***

O Maranhão começa a receber as primeiras peças e equipamentos do foguete que será lançado de Alcântara, entre os dias 19 e 21 deste mês, pela empresa espacial sul-coreana Innospace.

O transporte foi dividido. Algumas peças foram trazidas de Seul, na Coreia do Sul, no cargueiro Boeing 747, um avião que está entre os maiores do mundo, com altura de 16,3 metros, um metro

de diâmetro e peso de 9,2 toneladas. Após a chegada no Aeroporto Internacional de São Luís Marechal Cunha Machado, os equipamentos foram enviados ao Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), sob a supervisão geral do diretor da empresa coreana, Élcio Oliveira.

O restante das peças do foguete chegou por via terrestre em São Luís, na noite de domingo (4), vindas do Porto de Santos (SP). Foram nove carretas trazendo a base de lançamento mais o erector (equipamento usado para levantar o foguete para a posição vertical), além de dois contêineres com a central de controle de lançamento e a central de controle de combustível. Houve uma operação especial, com o acompanhamento de representantes do Governo do Maranhão, para o envio por ferry boat ao Centro de Lançamento de Alcântara.

Ted Lago, presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), que administra o Porto do Itaqui, reuniu-se, no dia 4, com o secretário de Estado da Indústria e Comércio (Seinc), Cassiano Pereira Junior, e com o gerente da empresa Intertrade, Ricardo Lima, para alinhamento das informações da operação do transporte das peças até Alcântara.

“Este é um projeto que é muito estratégico para o estado do Maranhão, com a retomada dos lançamentos de foguetes e satélites pela Base de Lançamento de Alcântara. O Porto do Itaqui trabalha em parceria com a Seinc dando suporte ao projeto”, explicou Lago.

O secretário Cassiano Pereira Junior disse que é de grande importância o acompanhamento de perto do Governo do Maranhão, pois o início da atividade industrial aeroespacial é um momento histórico para a região.

“Muitas oportunidades serão criadas com a instalação da indústria aeroespacial no Maranhão. Essa é uma área que abrange um campo amplo de atividades com aplicações nas áreas comercial e industrial. É um segmento que envolve várias cadeias: pesquisa, projeto, fabricação e operação de aviões, foguetes e outros veículos de transporte aéreo e espacial – todas são oportunidades de ampliação do desenvolvimento do Maranhão”, destacou Cassiano.

### OPERAÇÃO INÉDITA

Esta é a primeira vez que uma empresa privada enviará um foguete ao espaço a partir de Alcântara. A possibilidade surgiu em maio deste ano, quando a Innospace, startup espacial sul-coreana para pequenos veículos lançadores, assinou um acordo com o Departamento Brasileiro de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) para lançar o SISNAV, um projeto de sistema de navegação



inercial apoiado pela Financiadora de Estudos e Projetos do Governo Brasileiro (Finep) e pela Agência Espacial Brasileira (AEB).

Segundo informações da Innospace, o voo de teste suborbital irá validar o motor de primeiro estágio do HANBITNano, que é um pequeno lançador de satélites de dois estágios, capaz de transportar uma carga útil de 50 kg.

O HANBIT-TLV levará a bordo a carga SISNAV, um sistema de navegação inercial que está sendo desenvolvido. Eles verificarão se o SISNAV opera bem em ambientes específicos, com vibração, choque e alta temperatura, comuns em todo o processo, desde a decolagem até o voo transatmosférico.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 13/12/2022*

## REGIÃO NORDESTE - CAPITANIA DOS PORTOS DO MA CELEBRA FORMAÇÃO DE NOVOS PROFISSIONAIS DE CONVÉS

Trinta concludentes foram habilitados para a função de moço de convés

Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)

A Capitania dos Portos do Estado do Maranhão (CPMA) promoveu no início deste mês a entrega das Cadernetas de Inscrição e Registro do Curso de Formação de Aquaviários Moço de Convés (CFAQMOC), realizado em São Luís, capital do Estado, no período de 15 de agosto a 30 de novembro de 2022. Trinta marítimos foram habilitados para a função.

Este profissional faz parte da equipe de convés de um navio, que inclui os marítimos responsáveis pela navegação, estiva e a manobra geral da embarcação. Ele realiza a limpeza, a pintura e manutenção a bordo tanto de convés e camarotes, como de paióis, além de auxiliar em tarefas como execução de manobras, serviços de conservação e atendimento às demandas do comandante da embarcação.

Durante a cerimônia de formação, o Capitão dos Portos do Maranhão, CMG Alexandre Roberto Januário, destacou que “para a Capitania é um dia especial, pois se encerra o Curso de Formação de Aquaviários Moço de Convés, cuja finalidade principal foi habilitar os profissionais do mar para desempenhar funções no nível de apoio, serviço de quarto de navegação, em embarcações na navegação costeira e mar aberto”.

O capitão também ressaltou a importância das responsabilidades dos novos profissionais. “Agora que todos vocês estão habilitados e conscientes das responsabilidades para conduzir as embarcações com plena segurança, desejamos sorte e esperamos que encontrem sempre mares calmos e ventos brandos, soprando de popa”.

A solenidade foi presidida pela Tenente Fonteles, chefe do Departamento do Ensino Profissional Marítimo da CPMA. A mesa foi formada pelo professor José Guedes, Tamara Nubia Duarte e Valdina Borges (representando a Soamar-MA) e o Primeiro-Sargento Almeida. Após a execução do Hino Nacional Brasileiro, a cerimônia continuou com a chamada nominal dos 30 novos aprovados no curso.

Antes do encerramento do evento, foi feita a entrega de uma premiação especial aos alunos que se destacaram no curso

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 13/12/2022*

## REGIÃO SUL - APM TERMINALS SEGUIRÁ OPERANDO NO PORTO DE ITAJAÍ

Empresa assina contrato provisório para o arrendamento da área A (berços 1 e 2), que passa a valer a partir de janeiro

Por **BÁRBARA FARIAS** [barbara@portalbenews.com.br](mailto:barbara@portalbenews.com.br)



***Da esquerda para a direita, o documento foi assinado pelo diretor-superintendente da APM Terminals Itajaí, Arisdes Russi Junior, e pelo prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni***

A APM Terminals continuará operando contêineres nos berços 1 e 2, do Porto de Itajaí, em Santa Catarina. O contrato provisório de arrendamento com a Superintendência do Porto de Itajaí (SPI) foi assinado na última sexta-feira (9). A assinatura ocorreu praticamente um mês após a SPI anunciar a

continuidade das operações da companhia a partir de 2023, após entendimento entre as partes envolvidas. O contrato atual encerra no final deste mês.

O documento foi assinado presencialmente pelo diretor superintendente da APM Terminals Itajaí, Aristides Russi Junior, e pelo prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni. Já o superintendente da SPI (autarquia municipal que administra o porto), Fábio da Veiga, assinou de forma eletrônica, pois está em viagem.

“A assinatura desse contrato é fundamental para a manutenção dos trabalhos em nosso porto enquanto o Governo Federal não conclui o processo de desestatização do terminal, que definirá o novo operador portuário de Itajaí para próximas décadas”, afirmou Morastoni.

Já Aristides Junior disse que a empresa sempre dialogou com as autoridades locais e federais, com intuito de encontrar a melhor alternativa. “Agora, com a segurança de que estaremos operando em 2023, podemos voltar ao mercado e reposicionar Itajaí como uma ótima opção aos nossos clientes”, declarou.

A saída da APM Terminals geraria um grande impacto na economia local. A companhia é responsável por toda a movimentação de contêineres do Portodeltajaí. Em 10 de novembro, o superintendente do complexo portuário divulgou nota esclarecendo sobre o consenso com a empresa. “Primando em especial pelo equilíbrio entre a continuidade das operações e a saúde financeira da Superintendência do Porto de Itajaí, mantivemos conversações com a APM Terminals, incessantemente no ano de 2022, que consciente com o impacto na cidade, através de seu diretor superintendente, Sr. Aristides Russi Jr., fez um esforço e aumentou sua primeira proposta, no valor de R\$ 500.000,00, anterior à publicação do edital seletivo, em 460%, chegando ao valor mensal de R\$ 2.300.000,00”, disse Veiga no comunicado.

### **Processo seletivo**

Em agosto, após a APM Terminals manifestar que não pretendia renovar o contrato de arrendamento, a SPI publicou dois processos seletivos simplificados visando selecionar a melhor proposta para exploração do terminal de contêineres (“A”, berços 1 e 2) e os berços 3 e 4, de carga geral. Segundo a SPI, as seleções foram abertas porque o edital de leilão para a desestatização do Porto de Itajaí não foi lançado em junho pelo Ministério da Infraestrutura, conforme estava previsto.

A CTIL Logística Ltda. venceu o certame para o arrendamento transitório do terminal de contêineres (área “A”), porém, após o aceno positivo da APM Terminals, foi procurada pela SPI para um entendimento. “Todos os entes envolvidos neste processo, sendo a Superintendência do Porto de Itajaí, Município de Itajaí e CTIL Logística Ltda., mantiveram um diálogo transparente e profícuo, e, acima de tudo, objetivando sempre em prol do melhor da cidade, garantindo e dando continuidade de segurança socioeconômica a todos que estão envolvidos na atividade portuária local”, afirmou o superintendente no comunicado.

Hoje (13), a APM Terminals anunciará as projeções de suas operações para 2023, em entrevista coletiva a partir das 14 horas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/12/2022

## REGIÃO CENTRO-OESTE - PRODUÇÃO DE SOJA EM MATO GROSSO DO SUL TEM AUMENTO DE QUASE 50%

Essa será a maior produção estadual da oleaginosa, conforme dados da Conab



**A PRODUÇÃO DE SOJA EM MATO GROSSO DO SUL DEVE ALCANÇAR 13,35 MILHÕES DE TONELADAS, UM ACRÉSCIMO DE 49,4% EM RELAÇÃO À SAFRA DE 2021/22**

A produção de soja em Mato Grosso do Sul deve alcançar 13,35 milhões de toneladas, um acréscimo de 49,4% em relação à safra de 2021/22. Essa também será a maior produção estadual da oleaginosa, conforme dados da série histórica da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), iniciada em 1977. Os números são do terceiro levantamento da safra de grãos, divulgado pela instituição, na última quinta-feira (8).

Com 98% da semeadura concluída até o final de novembro, os cultivos têm apresentado bom desenvolvimento e aproximadamente 20% das lavouras iniciaram as fases reprodutivas, o que exige regulares volumes de chuvas.

A esmava da área estadual cultivada com soja apresenta um acréscimo de 5,8% em relação à safra passada, atingindo 3,76 milhões de hectares com a oleaginosa em Mato Grosso do Sul. Além disso, até o momento as condições climáticas estão permitindo uma expectativa de produção média de 3.549 kg/ha, o que representa uma recuperação de 41,2% em relação ao último ciclo, que foi fortemente prejudicado pelo clima adverso em dezembro e janeiro passados.

A soja corresponde a mais de 98% dos cultivos de grãos realizados na primeira safra em Mato Grosso do Sul. Em 15 de setembro, houve o início da semeadura das lavouras da safra 2022/23, momento em que, segundo o órgão, já havia boa umidade no solo e as precipitações seguiram frequentes e com bons volumes até o final de outubro, garantindo adequada germinação das plantas.

### NACIONAL

Em âmbito nacional, a Conab esma um volume recorde para a safra 22/23, que pode chegar a 153,48 milhões de toneladas, acréscimo de 22,2% em relação à safra 21/22, ou 27,9 milhões acima.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/12/2022



## O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### APLICATIVO SOBRE SEGURANÇA PORTUÁRIA É LANÇADO PELA ANTAQ EM PARCERIA COM A CEPAI

Informações: Costa Norte (13 de dezembro de 2022)



**Aplicativo foi oficialmente apresentado nesta segunda-feira (12). Imagem: Divulgação/Codesp**

Em ação coordenada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), a Comissão Estadual de Prevenção de Acidentes e Incidentes do Complexo Portuário de Santos e São Sebastião (Cepai/SP) lançou nesta segunda-feira (12), às 15h, no

Auditório do Posto Avançado da ANTAQ – localizado na cidade santista, um aplicativo que facilitará a troca de informações sobre segurança portuária.

A nova ferramenta tem como objetivo integrar e agilizar a comunicação entre terminais e autoridades no momento das ocorrências, acelerando as ações conjuntas e minimizando possíveis desencontros de informações. Os terminais localizados nos complexos portuários de Santos e São Sebastião usarão a nova ferramenta.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**

**Data: 13/12/2022**

## **UNISANTA E SANTOS PORT AUTHORITY (SPA) ASSINAM TERMO DE COOPERAÇÃO, NA PRÓXIMA SEXTA-FEIRA (16)**

**Informações: Santos Port Authority (13 de dezembro de 2022 )**

Na próxima sexta-feira, dia 16, às 10h30, a Alta Direção da Universidade Santa Cecília (Unisanta) recebe a Santos Port Authority (SPA), oportunidade em que firmará Termo de Cooperação Técnico-Científica. A solenidade será realizada no Auditório do Bloco E da Universidade, localizado na Rua Cesário Motta, n.º 8, e contará com a presença de representantes do setor portuário.

O acordo tem como objetivo gerar ações para o desenvolvimento de pesquisas e soluções tecnológicas, na união de propósitos entre comunidade acadêmica, órgãos públicos e privados e a sociedade.

“A inovação é um caminho sem volta para o desenvolvimento e o futuro dos portos e acreditamos que alianças como está, entre o ambiente acadêmico e o corpo técnico da Companhia, são essenciais para a evolução não só de Santos, mas também do setor portuário brasileiro”, destaca Fernando Biral, presidente da SPA.

Para a reitora da Unisanta, Dr.<sup>a</sup> Sílvia Teixeira Penteado, “o Colégio, a Universidade e o Sistema de Comunicação Santa Cecília evoluíram sua função social atrelada à região que possui o mais importante complexo portuário da América Latina. Esse convênio de cooperação entre a comunidade acadêmica da Unisanta e o corpo técnico da SPA pode significar um avanço de modelos inovadores, prospectando assim a transformação tecnológica, científica e organizacional de classe mundial para integrar valor e sustentabilidade à relação porto-cidade”.

Santos Port Authority – Vinculada ao ministério da Infraestrutura, a SPA é responsável pela infraestrutura pública do Porto de Santos e, nos dois últimos anos, vem desenvolvendo fortemente a pauta de inovação, com a assinatura de acordos de cooperação técnica, como (i) a otimização do processo de programação e gestão dos berços de atracação, com a Naval Port, (ii) melhorias no processo de compartilhamento de carga, com a Logshare, (iii) previsões hiperlocais de mar e tempo para suporte a tomadas de decisão no planejamento e operação de atividades portuárias, com a I4Sea, além de possuir um programa de estágio voltado para inovação e recebeu o prêmio na categoria “Parcerias Público-Privadas”, no Congresso da AAPA Latino, com o acordo firmado com a DockTeck e Wilson Sons, que visa ao aperfeiçoamento de monitoramento do canal de navegação e acesso aos berços de atracação do Porto de Santos.

Localizado a 70 km da grande São Paulo, região mais industrializada do hemisfério sul e o maior mercado consumidor e produtor da América Latina, o complexo portuário de Santos responde pela movimentação de um quarto da balança comercial brasileira.

UNISANTA – A história do Porto de Santos e do Complexo Educacional Santa Cecília caminha junta desde 1961, quando o início da trajetória do Colégio Santa Cecília se deu atendendo prioritariamente os filhos dos trabalhadores portuários, na Av. Rodrigue Alves, mais precisamente em frente à antiga CDS, que depois passou a se chamar CODESP e hoje se tornou a SPA – Santos Port Authority.

Com o tempo, o Porto de Santos cresceu, assim como o Colégio Santa Cecília, que se tornou um dos maiores complexos educacionais do país, oferecendo formação em todos os níveis de ensino.

A Universidade Santa Cecília, com cerca de 100 mil metros quadrados de área construída e mais de 20 mil alunos da Educação Infantil à Pós-Graduação, é parte importante desse complexo educacional e, em toda sua trajetória, apostou no desenvolvimento do setor portuário e no Porto de Santos, tanto que investiu fortemente em pesquisa e infraestrutura voltadas a apoiar o setor, formando mão de obra do nível técnico ao doutorado na área.

A Universidade possui ainda o único Observatório Portuário do país e também o único periódico científico especializado no setor portuário e marítimo do país, que leva o nome do observatório e produz conhecimento técnico para o setor em edições semestrais.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**

**Data: 13/12/2022**

## PRIMEIRO CURSO DE OPERADORES NO INSTITUTO PRATICAGEM DO BRASIL

**Informações: Praticagem do Brasil (13 de dezembro de 2022 )**



**Imagem: Praticagem do Brasil**

Termina, nesta quinta (8/12), o primeiro curso para operadores das estações de praticagem no Instituto Praticagem do Brasil, sobre controle de tráfego aquaviário.

Doze profissionais de diferentes zonas de praticagem vieram a Brasília, onde as aulas foram ministradas. Eles puderam conhecer o centro de simulações de manobras de navios do Instituto, equipado com um simulador full mission

capaz de simular casos em diversos portos. Em outubro, práticos que atuam no Pará estiveram no centro para ambientação de manobras em futuro terminal.



**Imagem: Praticagem do Brasil**

Na quarta (7/12), o simulador recebeu a visita da líder técnica Larissa Barbosa, do Senai Cimatec da Bahia, referência em inovação. Ela foi recepcionada pelo diretor técnico da Praticagem do Brasil, prático Marcio Fausto, pela diretora executiva do Instituto, Jacqueline Wendpap, e pelo gerente técnico, Jeferson Carvalho. Marcio Fausto também deu as boas-vindas aos operadores.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**

**Data: 13/12/2022**

## DOCAS DO RIO MUDA NOME PARA “PORTOSRIO” E LANÇA NOVA MARCA

**Informações: Portos do Rio (13 de dezembro de 2022 )**



### ***Docas do Rio muda nome para “PortosRio” e lança nova marca. Escolhas tiveram participação determinante dos empregados da Autoridade Portuária***

‘Portos Rio’ é o novo nome fantasia adotado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), que administra os Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis. O lançamento da nova marca aconteceu nesta segunda-feira (12), às 10h, no auditório da Associação Comercial do Rio de Janeiro. A iniciativa faz parte de um abrangente processo de modernização e reposicionamento estratégico da Autoridade Portuária, que mantém sua razão social como Companhia Docas do Rio de Janeiro.

Com a adoção do nome fantasia ‘Portos Rio’, a companhia busca atingir os seguintes objetivos: evidenciar a nova realidade da gestão da Autoridade Portuária; reforçar a relevância da ‘Portos Rio’ junto aos stakeholders; resgatar o autêntico papel de uma Autoridade Portuária; fortalecer sua imagem corporativa no setor portuário, com foco no desenvolvimento sustentável e na satisfação dos usuários dos seus portos; e mostrar seu olhar para o futuro, visando ser referência no Hemisfério Sul.

Para o diretor-presidente da ‘Portos Rio’, Francisco Antonio de Magalhães Laranjeira, a mudança da marca revela a transformação profunda realizada na empresa durante a atual gestão e consolida a credibilidade conquistada nos últimos anos. “A nova marca reflete o trabalho técnico, sério e incansável desenvolvido pelas equipes administrativas e operacionais em dezenas de ações e projetos executados no intuito de aperfeiçoar os processos da companhia e modernizar a infraestrutura dos portos que administra, o que nos levou a alcançar mais eficiência, agilidade, transparência e competitividade”, ressaltou o presidente Laranjeira.

#### **Processo de criação**

O primeiro passo da consultoria contratada para a escolha de naming (novo nome) e branding (nova marca) foi a elaboração de uma pesquisa junto aos empregados da companhia para entender a percepção sobre a marca atual e os fatores considerados mais relevantes. Os colaboradores também puderam sugerir um novo nome para a empresa. Em seguida, as sugestões foram analisadas junto com os nomes propostos pela consultoria.

Com o nome eleito pela Diretoria Executiva da companhia, a empresa contratada passou para a etapa de criação do logotipo e identidade visual. A diretoria selecionou, então, três opções de logomarca para votação junto aos empregados da companhia. A opção mais votada foi também a escolhida pela diretoria.

Na construção da marca, o símbolo sintetiza quatro elementos de fácil entendimento em qualquer país: o mundo, através do halo redondo que envolve a marca; o navio, que liga o porto ao mundo; os contêineres, que representam o comércio exterior; e o movimento do navio, gerando uma onda que remete ao famoso atrativo turístico ‘Pão de Açúcar’, o que reforça a localização dos portos no Rio de Janeiro.

Segundo o diretor de Negócios e Sustentabilidade, Jean Paulo Castro e Silva, “a nova logomarca traduz não somente o tipo de negócio, mas também um conceito institucional de mudança, de foco nos serviços, de envolvimento com o mercado cada vez mais globalizado, e o acréscimo da cor verde aos tons de azul herdados da marca anterior, denotam um avanço, uma adequação, a preocupação com a sustentabilidade, principalmente com relação ao mar, intimamente ligado ao negócio da companhia”.

Já a tipografia escolhida, com uma fonte moderna, traz a robustez da Autoridade Portuária, respaldada pelo sucesso da gestão administrativo-financeira e pelos resultados positivos que

impulsionam o crescimento e a “nova cara” da empresa, colocando a ‘Portos Rio’ como um dos principais players do setor no Brasil e na América Latina. Fechando o ciclo de atualizações, a nova marca incorporou a chancela legal – Autoridade Portuária – como um tagline, a ser utilizado em toda e qualquer aplicação da marca.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 13/12/2022*

## MINISTRO BRUNO DANTAS É ELEITO PRESIDENTE DO TCU

*Informações: Tribunal de Contas da União (13 de dezembro de 2022 )*



***Para o cargo de vice-presidente foi escolhido o ministro Vital do Rêgo. O mandato para ambos os cargos é de um ano, com possibilidade de reeleição por igual período – Imagem: Tribunal de Contas da União***

Os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) elegeram, na sessão plenária desta quarta-feira (7/12), o ministro Bruno Dantas como novo presidente da Corte de Contas. Para o cargo de vice-presidente, foi eleito o ministro Vital do Rêgo, que também será o corregedor do Tribunal.

O ministro Bruno Dantas exercerá a Presidência do TCU durante o ano de 2023, assim como o vice-presidente, ministro Vital do Rêgo. O exercício do mandato de ambos os cargos se inicia a partir de 1º de janeiro, com a possibilidade de reeleição por igual período.

Após a eleição, Bruno Dantas agradeceu a confiança dos demais ministros e destacou o orgulho de pertencer à Casa.

***“Sei que os desafios para que o Tribunal de Contas da União possa cumprir com excelência todas as suas competências são enormes. Sei também a importância da atuação da presidência e da vice-presidência nesse sentido. Portanto, contem com meu empenho pessoal para que o Tribunal possa contribuir efetivamente para aperfeiçoar a administração pública em benefício da sociedade, como vem fazendo ao longo da presidência de tantos ministros que me antecederam nessa cadeira.”***

A votação ocorreu como estabelecido no Regimento Interno do Tribunal, na última sessão ordinária do mês de dezembro. A sessão foi transmitida ao vivo pelo canal do TCU no YouTube.

Posse dos novos presidente e vice-presidente do TCU <https://www.youtube.com/@TCUoficial>

A posse dos eleitos ocorrerá no dia 14 de dezembro, às 9h, no Plenário do TCU. A solenidade também será transmitida ao vivo pelo canal oficial do TCU no YouTube.

### ***Sobre os ministros eleitos*** ***Ministro Bruno Dantas***

Bruno Dantas Nascimento nasceu em Salvador, na Bahia. É pós-doutor em Direito (UERJ), doutor e mestre em Direito Processual Civil (PUC/SP).

Dantas é professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e docente dos programas de mestrado e doutorado da Fundação Getúlio Vargas (FGV/RIO) e da Universidade Nove de Julho (Uninove).

Foi indicado pelo Plenário do Senado Federal, em 2014, para assumir a vaga de ministro do TCU. Foi vice-presidente do TCU (2021 – 2022) e atualmente ocupa o cargo de presidente em exercício, em razão da aposentadoria da ministra Ana Arraes.

Antes de iniciar sua trajetória no Tribunal, compôs o Conselho Nacional de Justiça (biênio 2011/2013) e o Conselho Nacional do Ministério Público (biênio 2009/2011). Foi, por quatro anos, o consultor-geral do Senado Federal (2007/2011), eleito por seus pares e nomeado pelo presidente da Casa. Por mais de uma década foi consultor legislativo do Senado Federal, tendo ingressado na carreira na área de direito processual civil em 2003 mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

**Acesse o currículo completo do ministro aqui.** [https://portal.tcu.gov.br/centro-cultural-tcu/museu-do-tribunal-de-contas-da-uniao/tcu-a-evolucao-do-controle/min-bruno-dantas-2014.htm?fbclid=PAaYNA2fsbkOgU-FhI0POeGHDYN0nB-hGI9v-mUS9pgtJVr0ZEPJt-yh\\_N\\_s](https://portal.tcu.gov.br/centro-cultural-tcu/museu-do-tribunal-de-contas-da-uniao/tcu-a-evolucao-do-controle/min-bruno-dantas-2014.htm?fbclid=PAaYNA2fsbkOgU-FhI0POeGHDYN0nB-hGI9v-mUS9pgtJVr0ZEPJt-yh_N_s)

### **Ministro Vital do Rêgo Filho**

Vital do Rêgo Filho nasceu em Campina Grande, na Paraíba. Filho do político Vital do Rêgo e irmão do também político Veneziano Vital do Rêgo, é casado e tem dois filhos com Vilauba Moraes.

Vital é graduado em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba e em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba, da qual também é professor.

Entrou para a vida pública ainda muito jovem, aos 25 anos. Sua carreira política é marcada pela escalada progressiva dentro do Estado. Foi vereador da sua cidade natal em dois mandatos consecutivos, de 1989 a 1995. Também foi eleito deputado estadual pelo seu estado em três mandatos consecutivos, de 1995 a 2007. Em seguida, elegeu-se deputado federal para um mandato, também pela Paraíba, na legislatura de 2007 até 2011, e por fim serviu como senador da Paraíba na legislatura de 2011 até 2014.

Em dezembro de 2014, foi indicado pelo Senado Federal para ocupar a vaga deixada pela aposentadoria compulsória do ministro José Jorge no TCU, cargo que ocupa até os dias atuais.

**Acesse o currículo completo do ministro aqui.**

<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A1576F5DD101577106D7183DD1&inline=1>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 13/12/2022



## **JORNAL O GLOBO – RJ**

### **LULA DIZ QUE MERCADANTE SERÁ O PRESIDENTE DO BNDES**

Presidente confirmou nome de ex-ministro durante evento no CCBB

Por Sérgio Roxo, Alice Cravo, Bruno Góes e Jeniffer Gularte, O Globo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou nesta terça-feira que o ex-ministro Aloizio Mercadante será o presidente do BNDES no seu governo.

— Aloizio, eu tenho escutado críticas sobre você ser presidente do BNDES. Eu quero dizer pra você que não é mais boato, você será presidente do BNDES — disse Lula, durante evento de encerramento dos grupos de trabalho da equipe de transição.

Em uma frase crítica ao mercado e voltando a prometer a volta do crescimento com igualdade econômica, Lula defendeu uma economia com mais participação do Estado:



### **Aloizio Mercadante JOÃO HEIM/ZIMEL PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO**

— Vai acabar as privatizações nesse país e vamos poder provar que empresas públicas podem mostrar sua rentabilidade — disse Lula.

Lula disse que o papel do banco será promover a reindustrialização do país.

— Nós estamos precisando de alguém que pense na indústria brasileira, que pense em reindustrializar este país. De alguém que pense na inovação tecnológica, que pense na geração de financiamento ao grande e ao médio empresário para que este país volte a gerar emprego.

O presidente eleito indicou o presidente do BNDES antes de anunciar o titular do Ministério da Indústria e Comércio, pasta a que o banco estará subordinado. Um dos cotados para o posto é o empresário Josué Gomes, presidente da Fiesp e filho do ex-vice-presidente José Alencar.

### **Trajetória política**

Mercadante volta ao governo federal seis anos após deixar de ter deixado o posto de Ministro da Educação do governo Dilma Rousseff. Integrante do círculo mais próximo do presidente eleito, Mercadante foi coordenador do plano de governo de Lula. O petista em está com Lula em corridas presidenciais desde a década de 1980.

Mercadante integrou o programa de governo de Lula para a campanha ao estado de São Paulo, em 1982, e coordenou a área econômica na primeira tentativa de Lula chegar ao Planalto, em 1989. No governo Dilma, o economista foi o fiel escudeiro da ex-presidente até seu último dia de mandato em 2016, quando deixou cargo após impeachment.

A relação de Lula e Mercadante é antiga. Se conheceram na metade dos anos 1970, quando o ex-presidente era dirigente sindical e Mercadante presidente do Centro Acadêmico da USP. Entre petistas, o economista é reconhecido por não ter se afastado de Lula na época em que esteve preso em Curitiba e ter sido um dos nomes que fez a defesa pública do ex-presidente.

### **Relação com Lula**

Partiu do próprio Lula a articulação para Mercadante assumir a presidência da Fundação Perseu Abramo. Há dois anos no comando da entidade que funciona como braço acadêmico e de pesquisa do partido, Mercadante começou a preparar o time para compor o plano de governo e pensar em proposição de políticas públicas. Ele lidera 26 grupos de trabalhos compostos por ex-ministros, quadros dos governos petistas e pesquisadores. As formulações que surgem dos grupos temáticos ajudaram a embasar falas de Lula durante a campanha.

Em sua trajetória política, Mercadante ficou marcado, inclusive entre os pares, por ter pouca disposição ao diálogo. Durante a campanha e na transição, no entanto, Mercadante trabalhou como "um conciliador" em reuniões, de acordo com petistas.

Embora tenha sido um dos interlocutores a aproximar Lula com entidades empresariais durante a campanha, o mercado torce o nariz para Mercadante, o vê como um nome muito duro para a economia, por ser um quadro histórico do PT e adepto da linha econômica desenvolvimentista.

**Fonte: O Globo - RJ**  
**Data: 13/12/2022**

### O QUE OS FUNCIONÁRIOS DO BNDES ESPERAM DO NOVO CHEFE, ALOIZIO MERCADANTE

Por Rennan Setti

Após três anos e meio de relação conflituosa com a gestão de Gustavo Montezano, os funcionários do BNDES enxergam a nomeação de Aloizio Mercadante para a presidência do banco de fomento como a chance de retomar o diálogo sob uma “agenda convergente”.

Dois pontos principais serão conversados entre corpo técnico e presidência: a volta de uma taxa de juros que estimule o investimento em infraestrutura e indústria e a suspensão dos repasses de recursos do banco ao Tesouro.

Desde 2018, no governo Temer, o BNDES não empresta mais recursos ao setor produtivo a juros subsidiados. Com a substituição da TJLP pela TLP (Taxa de Longo Prazo), seus juros ficaram próximos às taxas cobradas por bancos privados. Hoje, a TLP cobra IPCA (taxa de inflação), acrescido de 5,23% ao ano.

Segundo críticos da mudança, a TLP praticamente esvaziou o papel do banco como indutor de investimento. Já seus defensores argumentam que a taxa evitou que o banco fosse usado para privilegiar setores e empresas escolhidos por razões políticas, ao custo de recursos públicos — crítica frequente feita por opositores à política do PT para o BNDES nos anos Lula e Dilma.

Quanto aos repasses do Tesouro, está previsto o repasse demais R\$ 24 bilhões até novembro de 2023.

— O banco precisa de uma taxa para incentivar a indústria e a infraestrutura. Ele tinha isso com a TJLP, mas a TLP que entrou em seu lugar não funciona. Esperamos que haja uma revisão da TLP, por meio de redutores para desembolsos para determinados setores, ou a possibilidade de essa taxa ser discricionária, decidida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) com participação do BNDES — diz Arthur Koblitz, membro do conselho de administração do BNDES e presidente da associação de funcionários do banco, a AFBNDES.

Segundo Koblitz, a escolha de Mercadante também sinaliza que o BNDES recuperará prestígio:

— O governo escolheu um dos seus principais quadros, não optou por alguém do segundo escalão do PT. Isso é positivo.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/12/2022

### IBOVESPA ZERA GANHOS NO ANO E DÓLAR FECHA EM ALTA, APÓS ANÚNCIO DE MERCADANTE NO BNDES E FALAS DE LULA

No pregão, os investidores ainda repercutiram a divulgação de dados de inflação nos EUA e a ata do Copom

#### Últimas atualizações

#### Papéis de estatais e do setor financeiro fecham em queda

Os papéis de estatais e ligados ao setor financeiro fecharam em forte queda nesta terça-feira, ajudando a pressionar o Ibovespa.

Petrobras ON e PN caíram 1,36% e 2,47%, respectivamente. Banco do Brasil ON cedeu 4,89%. O movimento ocorreu após novas declarações do presidente eleito Lula (PT) criticando as privatizações.



Vale ON subiu 0,37% e CSN ON caiu 3,34%. Usiminas PN cedeu 3,37%.

No setor financeiro, Itaú PN e Bradesco PN tiveram baixas de 3,78% e 2,97%, respectivamente.

Entre as maiores altas, Petz ON subiu 2,69% e Braskem PN, 1,48%. Prio ON avançou 0,72% e 3R Petróleo, 0,90%.

Na ponta negativa, Suzano ON cedeu 6,43% e as units da Klabin caíram 3,73%. Rumo ON cedeu 5,22%.

### DESTAQUE

#### ***Ibovespa cai 1,71%, com anúncio de Mercadante no BNDES e falas de Lula***

O Ibovespa teve mais um dia de forte queda nesta terça-feira, novamente pressionado pelas incertezas locais.

O principal índice da B3 até operou em alta pela manhã, após a divulgação de dados de inflação abaixo do esperado nos EUA. No entanto, o movimento foi perdendo força ao longo do dia, sendo completamente revertido após novas declarações do presidente eleito Lula (PT).

O petista confirmou o nome do ex-ministro Aloizio Mercadante para o comando do BNDES, o que não é bem visto pelos agentes, e fez novas críticas ao mercado e as privatizações.

O Ibovespa caiu 1,71%, aos 103.540 pontos. Com isso, o índice zerou os ganhos no ano, passando a cair 1,22%.

- Teremos um governo que fará o Estado mais presente na economia, o que não foi bem visto pelo mercado - disse o sócio e chefe da mesa de operações da Ação Brasil, Idean Alves.

#### **Haddad vai anunciar Bernard Appy para equipe do Ministério da Fazenda**

O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vai anunciar, no começo da noite desta terça-feira, o economista Bernard Appy como integrante da equipe da pasta. Appy vai trabalhar para tentar conseguir aprovar a reforma tributária, um dos principais focos do novo governo.

O economista é o segundo nome da equipe de Haddad. À tarde, ao deixar a sede do Banco Central, onde almoçou com o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, o futuro ministro confirmou que o Gabriel Galípolo, ex-presidente do Banco Fator, será o secretário-executivo, segundo posto na hierarquia da pasta.

Appy é o autor da PEC da reforma tributária que tramita na Câmara e foi apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP).

### DESTAQUE

#### ***Dólar fecha em leve alta, após anúncio de Mercadante no BNDES***

O dólar fechou em leve alta nesta terça-feira. O câmbio não conseguiu acompanhar o movimento visto no exterior, onde a moeda americana teve fortes baixas contra divisas fortes e ante pares do real após a divulgação de dados de inflação nos EUA abaixo do esperado.

O anúncio do nome do ex-ministro Aloizio Mercadante para comandar o BNDES, gerou forte pressão no mercado doméstico, impedindo uma maior apreciação do real.

O dólar subiu 0,05%, negociado a R\$ 5,3146 após atingir a máxima de R\$ 5,3337.

- A nomeação do Mercadante para o BNDES não agradou ao mercado, que esperava por nomes alinhados aos investidores para as pautas econômicas - destaca o sócio da Matriz Capital, Elcio Cardozo.

O índice DXY, que mede o comportamento do dólar contra uma cesta de moedas fortes, caía 1,12% aos 103,95 pontos, por volta das 17h, em Brasília.



### **Dólar-notas (Foto: Dimas Ardian/Bloomberg)**

16h11: Dólar passa a subir 0,09%, negociado a R\$ 5,3170  
**Há 3 horas**

Lula anuncia Mercadante presidente do BNDES  
**Há 3 horas**

16h: Ibovespa tem volatilidade e dólar cai, com exterior e transição de governo no foco

O Ibovespa alterna altas e baixas e o dólar opera em queda ante o real na tarde desta quarta-feira.

O principal índice da B3 chegou a operar em alta pela manhã, em linha com o desempenho das bolsas americanas após a divulgação de dados de inflação no país abaixo do esperado.

No entanto, o movimento nos EUA perdeu força, com os investidores já à espera da reunião de política monetária do Fed. Na cena local, os agentes monitoram a transição de governo, com destaque para a nomeação do economista Gabriel Galípolo para a secretaria-executiva da Fazenda e para a tramitação da "PEC de Transição" na Câmara

**Ibovespa: alta de 0,03%, aos 105.376 pontos**

**Dólar: queda de 0,23%, a R\$ 5,30**

Petrobras ON subia 0,59% e Petrobras ON caía 0,21%. Vale ON subia 0,82%. No setor financeiro, Itaú PN caía 2,12% e Bradesco PN, 1,06%

### **Há 3 horas**

Bradesco BBI corta recomendação e preço-alvo de ação da Petrobras

O Bradesco BBI cortou a recomendação de Petrobras de compra para neutro e o preço-alvo das ações preferenciais de R\$ 53 para R\$ 26.

O preço-alvo dos recibos de ação (ADRs) da Petrobras negociados na Bolsa de Nova York (Nyse) também foram reduzidos de US\$ 20 para US\$ 10 pelo banco.

Em relatório, os analistas do banco destacam que as notícias envolvendo a companhia estão ficando mais negativas, com risco real de mudanças em sua política de preços e de dividendo, além da Lei das Estatais.

Eles afirmam que uma mudança potencial na Lei das Estatais seria ruim para a governança da empresa, podendo eliminar a necessidade de nomeação de técnicos para os cargos executivos da companhia.

O Bradesco BBI prefere exposição a outras empresas no setor de petróleo e gás do Brasil, como Prio e 3R Petroleum, ambas com recomendação de compra.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 13/12/2022**

### 'PEC DA TRANSIÇÃO': LIRA SINALIZA TÉRMINO DA VOTAÇÃO NA PRÓXIMA SEMANA

Com a previsão, é provável que a análise do Legislativo sobre o tema só termine após uma definição do STF sobre a legalidade do orçamento secreto

Por Bruno Góes e Fernanda Trisotto — Brasília



#### **Meio-termo. Lira tenta uma saída intermediária** **Paulo Sérgio / Câmara dos Deputados**

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse nesta terça-feira que a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição só deve ser concluída na próxima semana. Com a nova previsão, é provável que a análise do Legislativo sobre o tema só termine após uma definição do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a legalidade do orçamento secreto.

As emendas de relator serão alvo de julgamento na quarta-feira. Na semana passada, diante da possibilidade de a Corte julgar o mecanismo inconstitucional, houve repercussão negativa sobre a tramitação da proposta. Lira pediu ao PT e ao presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, esclarecimentos sobre a possibilidade de interferência no julgamento.

Durante a campanha eleitoral, o petista fez diversas críticas ao orçamento secreto e chegou a classificá-lo como “excrecência”.

Apesar da pressão do governo eleito e de integrantes da transição para aprovar o texto ainda esta semana, o presidente da Câmara sinalizou que o relator a ser indicado ainda precisa conversar com as bancadas sobre o texto. O escolhido deve ser o líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA).

Após reunião com parlamentares da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o presidente da Câmara falou sobre o cronograma.

— Nós vamos fazer o esforço [para votar nesta semana], vai depender da conversa do relator a partir de amanhã cedo, vou combinar agora no colégio de líderes com os partidos. Há, sim, a previsão de iniciar quarta ou quinta e de terminar na terça-feira. Nós recebemos a PEC na segunda-feira, então nós estamos agilizando todas as conversas possíveis e com a autonomia dos partidos para que possam, já que a tramitação é mais urgente, ter todas as conversas possíveis com o relator da PEC que entregará o texto a plenário — disse Lira.

#### **O que prevê a 'PEC da Transição'**

A "PEC da Transição" vai viabilizar o cumprimento das promessas de campanha de Lula, como a ampliação de R\$ 600 do Bolsa Família e o aumento real do salário mínimo. Na tramitação no Congresso, o PT cedeu e aceitou reduzir em R\$ 30 bilhões o custo da fatura e o prazo de duração para dois anos. O texto aprovado no Senado prevê a ampliação do teto de gastos em R\$ 145 bilhões e um adicional de R\$ 22,9 bilhões para investimentos, obtidos pelo excesso de arrecadação federal. Outros penduricalhos podem elevar ainda mais o custo da proposta.

Para recompor o espaço fiscal aberto pela PEC, o senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator-geral do Orçamento, já ajustou seu parecer com base nos valores da proposta. Deputados avaliaram que mostrar a distribuição dos recursos pode ser favorável para avaliação da proposta na Casa, mas os principais entraves para a PEC são fatores além do texto: o orçamento secreto e espaço no governo petista.

**Orçamento secreto e espaço no governo petista são entraves**

Para o orçamento secreto, espera-se que o detalhamento da resolução que o Congresso elabora possa diminuir o potencial de interferência do STF. Os parlamentares querem aprová-la para oficializar o fatiamento da distribuição das emendas de relator.

A discussão por cargos no governo PT é mais complexa. Esse foi um dos tópicos que Lira queria discutir com Lula no encontro que tiveram na manhã desta terça-feira. Há uma disputa no Congresso, entre senadores e deputados, sobre a presença dos parlamentares na Esplanada em 2023. O presidente da Câmara, segundo aliados, teria sinalizado que defenderia a distribuição de cargos para deputados, especialmente de sua base.

Pela manhã, o deputado José Guimarães (PT-CE) também participou do encontro com Lira. Ele é apontado como o líder do governo na Câmara no próximo ano. Após a reunião entre Lula e Lira, o petista articulou um novo encontro com líderes da oposição e de partidos que vão compor a base do governo Lula. Em pauta, a aprovação da "PEC da Transição".

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 13/12/2022*

## EXXONMOBIL INVESTE EM COOPERATIVA EM MANAUS PARA RECICLAGEM DE PLÁSTICO

*Por Bruno Rosa — Rio*

A petroleira ExxonMobil está investindo R\$ 340 mil na Ecoperativa, primeira franqueada em Manaus da YouGreen, especializada na gestão de resíduos com iniciativas como coleta seletiva, reciclagem e logística reversa. Com a parceria, a Ecoperativa vai investir na compra de máquinas para acelerar a recuperação do plástico coletado na região.

A ação é resultado do apoio da petroleira, uma das maiores empresas de óleo e gás do mundo, com a YouGreen, que tem modelo de atuação por meio de oficinas com catadores.

A estimativa é que a implementação da operação ocorra até o fim de 2023 e que, em até 32 meses, sejam recicladas cem toneladas de plástico por mês, com 35 cooperados e uma média de faturamento de R\$ 100 mil mensais revertidos para a cooperativa. O plástico responde por 24% de toda a coleta seletiva do país.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 13/12/2022*

## CONGRESSO QUER OFICIALIZAR O FATIAMENTO DO ORÇAMENTO SECRETO DE ACORDO COM TAMANHO DE BANCADAS

Pela proposta, 80% do valor das emendas de relator seriam definidos de acordo com o tamanho das bancadas e o restante seria definido pelas mesas diretoras da Câmara e do Senado e pela comissão de orçamento

*Por Fernanda Trisotto — BRASÍLIA*



**Relator do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), detalhou como serão empregados os recursos Roque de Sá/Agência Senado**

O Congresso estuda uma resolução para oficializar o "fatiamento" dos recursos do orçamento secreto de acordo com o tamanho das bancadas partidárias no parlamento, em uma tentativa de driblar uma eventual derrota no julgamento da legalidade das emendas de relator pelo Supremo Tribunal Federal (STF). As presidências da Câmara e Senado e a

Comissão Mista de Orçamento (CMO) também poderão direcionar parte dessas verbas.



O detalhamento da proposta foi feito pelo relator-geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), na manhã desta terça-feira. A minuta da resolução elaborada pelo Congresso já circula entre ministros do STF, que podem retomar o julgamento sobre a legalidade das emendas de relator amanhã.

O texto da resolução determina que 80% dos recursos das emendas de relator serão distribuídos proporcionalmente de acordo com o tamanho das bancadas. O restante seria dividido da seguinte forma:

- 7,5% serão distribuídos pela mesa diretora da Câmara,
- 7,5% serão distribuídos pela mesa diretora do Senado,
- 5% serão distribuídos pela Comissão Mista de Orçamento.

— Uma bancada que tenha mais parlamentares receberá mais. Uma banca que tem menos parlamentares receberá menos. Estamos tratando da equidade dos recursos públicos. Acreditamos que com diálogo e entendimento podemos chegar à modulação que o Supremo quer sem ter a necessidade de determinar a inconstitucionalidade das emendas — afirmou Castro.

O senador disse que o texto da resolução já está formulado e ainda pode ser ajustado, mas que o Congresso poderia votar a proposta nesta quinta-feira, quando há sessão conjunta convocada. Essa medida é um ato conjunto das mesas da Câmara e do Senado.

O julgamento sobre a legalidade do orçamento secreto no STF causou rugas entre o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O deputado ficou irritado ao receber informações de que o petista teria articulado junto a ministros da Corte para derrubar o mecanismo de partilha de recursos da União sem transparência e lhe cobrou explicações, algo que

A apreensão em torno desse julgamento, que pode ser retomado amanhã, pode até atrapalhar a tramitação da “PEC da Transição”, que viabilizará o cumprimento das promessas de campanha do petista. Aliados de Lula já enviaram recados ao tribunal, dizendo que não se opõem a uma saída alternativa, como é o caso da resolução do Congresso.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 13/12/2022*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### MANSUETO ALERTA DEPUTADOS QUE PEC DA TRANSIÇÃO PRÓXIMA DE R\$ 200 BI VAI EXIGIR QUE LULA SUBA IMPOSTO

Economista-chefe do BTG se reuniu com deputados dois dias antes da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição no Senado

*Por Adriana Fernandes*

Dois dias antes da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição no Senado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chamou um grupo de oito deputados para se reunir com o economista-chefe do BTG, Mansueto Almeida.

Era dia o dia do jogo do Brasil com a Coréia e as lideranças da Câmara se queixavam da falta de participação dos deputados nas negociações conduzidas pelo governo de transição no Senado, que permitiu dois dias depois a aprovação da proposta com folga no placar e uma expansão nas despesas de no mínimo de R\$ 168 bilhões além da ampliação de uma série exceções ao teto de gastos, a regra que atrela o crescimento das despesas à inflação.



***Na reunião com deputados, Mansueto Almeida deixou claro que o valor de R\$ 200 bilhões da PEC levaria a dívida pública a crescer muito rápido Foto: Gabriela Biló/Estadão***

Ex-secretário do Tesouro, Mansueto sempre teve bom trânsito com parlamentares e ganhou expressão no cenário nacional como especialista em contas públicas. Integrou a equipe do ex-ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, no governo Michel Temer, e depois de Paulo Guedes, no superministério

da Economia de Jair Bolsonaro.

Lira queria ouvir Mansueto sobre o impacto da PEC da Transição nas contas públicas, mas tinha à frente no cenário, no mesmo dia da votação do texto pelos senadores, o início da análise do orçamento secreto no Supremo Tribunal Federal (STF). Julgamento que baliza nos bastidores a negociação da PEC na Câmara e levou o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva a se reunir nesta terça-feira, 13, com Lira. No Senado, Pacheco ouviu Bruno Funchal, ex-secretário de Tesouro e Orçamento, hoje CEO da Bradesco Asset.

Na reunião com os deputados, Mansueto deixou claro que o valor de R\$ 200 bilhões da PEC, era uma conta muito alta, que levaria a dívida pública a crescer muito rápido e de forma insustentável. O mercado esperava um número bem mais baixo de R\$ 100 bilhões de expansão de gastos, reforçou Mansueto aos deputados, segundo relatos obtidos pelo Estadão.

Ele alertou no encontro que o governo Lula 3 teria que “ir atrás de carga tributária”, caso começasse com uma expansão tão grande de R\$ 200 bilhões em despesas. Em outras palavras, teria que aumentar os impostos, o que seria ruim para a economia. Mas, ao mesmo tempo, ponderou que alguns “excessos” da PEC poderiam ser cortados durante a tramitação da proposta. Na expectativa de que “acertassem a mensagem” fiscal que vinha sendo dada pela transição, que não era compatível nem com o discurso de responsabilidade social e fiscal anunciado pelos integrantes do futuro governo.

Nos bastidores do Congresso, o teor da conversa acabou sendo usado como uma espécie de “aval à PEC”, o que foi desfeito mais tarde pela entrevista que o próprio Mansueto concedeu ao jornal Valor Econômico, na qual ele faz os mesmos alertas e explicita as suas preocupações, compartilhadas com boa parte dos especialistas do mercado financeiro na área fiscal.

Na semana anterior à votação da PEC no Senado, o presidente do Conselho de Administração do BTG Pactual, André Esteves, se encontrara com Lula, no Hotel Meliá, onde o petista está hospedado.

No encontro, que foi organizado por Nelson Jobim, ex-ministro da Justiça de Lula, Esteves disse que não via problemas com a escolha de Fernando Haddad ao Ministério da Fazenda e que poderia trabalhar para reduzir a resistência da Faria Lima ao nome do ex-prefeito de São Paulo.

Na votação do Senado, o impacto fiscal da PEC foi reduzido em R\$ 30 bilhões, de R\$ 198 bilhões para R\$ 168 bilhões. Em contrapartida, abriu novas exceções ao teto, que tornam mais difícil o cálculo da proposta. A queda do valor da PEC não trouxe tranquilidade aos investidores para os riscos futuros para as contas e a dívida pública.

### **Desidratação**

Como mostrou o Estadão, há uma expectativa no mercado financeiro que Fernando Haddad trabalhe para desidratar a PEC, sobretudo o espaço para R\$ 23 bilhões de investimentos fora do teto de gastos e as exceções incluídas no texto aprovado no Senado.

Seria uma forma de ele, segundo relatos obtidos pela reportagem, mostrar seu compromisso com as contas públicas, já que ficou de fora das negociações do Senado.

Por outro lado, a desidratação da PEC na Câmara tem sido citada como forma de pressão nas negociações do orçamento secreto. Mas negociadores lembram que a proposta já traz, na prática, a solução para Lira e o Centrão com a liberação das emendas, ao deixar de fora do teto de gastos espaço para os investimentos.

Para manter os gastos de investimentos fora do teto, estrategicamente o relator do Orçamento, Marcelo Castro (MDB-PI), divulgou uma planilha sem contar com os R\$ 23 bilhões de investimentos fora do teto. Em seguida, divulgou o relatório contando com esse espaço, a maior parte definida pelo governo eleito e outra a ser destinada pelos parlamentares nas suas áreas de maior interesse. É como se dissesse aos parlamentares: olhem o que se tem a perder.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 13/12/2022*

### **NOVO GOVERNO DEVE AVALIAR OUTRAS VENDAS ANTES DE AVANÇAR PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS, DIZ TCU**

Ministro Bruno Dantas sugere mais tempo para pesar riscos e problemas no único caso em que o modelo de privatização de autoridade portuária foi feito no Brasil

BRASÍLIA - O presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Bruno Dantas, sugeriu em seu voto sobre o projeto de privatização do Porto de Santos que o futuro governo analise outras vendas de autoridade portuária antes de avançar com o leilão do maior complexo portuário da América Latina. O Estadão/Broadcast mostrou que essa recomendação era analisada por Dantas. A posição do ministro vai ao encontro das preocupações de auxiliares do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que querem deixar o leilão do Porto de Santos na geladeira para avaliar a modelagem e os efeitos da política de privatização em outros ativos.

O governo Bolsonaro fez o primeiro leilão de autoridade portuária no início do ano, quando vendeu a Codesa, companhia docas que administrava os portos de Vitória e de Barra do Riacho, no Espírito Santo.



Bruno Dantas, ministro do Tribunal de Contas da União, sugeriu em seu voto sobre o projeto de privatização do Porto de Santos que o futuro governo analise outras vendas de autoridade portuária antes de avançar com o leilão. Foto: Dida Sampaio/Estadão

“O modelo de privatização de autoridade portuária só foi feito no Brasil em único porto, sequer temos primeira avaliação dos riscos e problemas que podem derivar dessa privatização”, apontou Bruno Dantas. “Estou seguro de que o governo acatará recomendação independente de aprovarmos no plenário”, disse. O julgamento sobre o caso de Santos foi suspenso por um pedido de vista do ministro Walton Alencar.

O presidente da Corte inclusive relatou que a ex-ministra Miriam Belchior, integrante da transição, fez chegar a ele a intenção do novo governo de observar o desempenho de outras autoridades que venham ser privatizadas, eventualmente colocando outros portos na fila antes de avançar em qualquer direção com o Porto de Santos. Como já mostrou o Estadão/Broadcast, auxiliares de Lula entendem que podem buscar outras alternativas à desestatização, como a concessão de serviços específicos do porto, como o de dragagem. O desenho em análise pelo TCU, enviado pelo governo Bolsonaro, prevê a venda da companhia portuária, junto da concessão dos serviços de administração do porto.

Na sessão, o ministro Benjamin Zymler questionou a motivação do governo Bolsonaro de vender a Autoridade Portuária de Santos, a SPA, tendo em vista que nos últimos anos a estatal passou a dar bons resultados financeiros. O ministro Walton Alencar, que pediu vista do processo de privatização, apontou, contudo, a necessidade de avaliar se a administração do porto durante o novo governo continuará “sem problemas, assim como entre as outras estatais brasileiras”. “Agora nós temos um parâmetro para comparar e impedir retrocessos”, concluiu Bruno Dantas.

### **Concentração**

Dantas também buscou endereçar em seu voto a mitigação de riscos de concentração de mercado no setor de contêineres, a partir de recomendações sobre o que deverá ser feito da área conhecida como STS10, reservada à princípio para ser um novo terminal de contêineres no Porto. A exploração da área é cercada por uma forte disputa sobre a possibilidade de participação de armadores (companhias de navegação) entrarem na operação.

A Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP) tenta evitar a participação de grupos como Maersk e MSC sob a alegação de que, caso uma das companhias administrem a área, o setor estaria ameaçado por uma concentração de mercado vista como predatória. Já os grupos afirmam que a entidade trabalha para brecar a concorrência.

Em seu voto, Dantas aponta que a proposta de contrato de concessão do Porto de Santos já prevê que as minutas contratuais para utilização dos terminais STS10 e STS53 (terminal para movimentação de fertilizantes) deverão ter cláusulas destinadas à defesa da concorrência intraportuária.

O ministro, contudo, viu a previsão como insuficiente. Portanto, entendeu necessário determinar ao Ministério da Infraestrutura e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) que prevejam, no âmbito do contrato a ser celebrado pela concessionária para a exploração do terminal STS10, uma regulação robusta para evitar que a prática de integração vertical resulte em concentração de mercado e em práticas abusivas que prejudiquem a livre concorrência e os interesses nacionais.

Além disso, sugeriu recomendar que essa regulação a ser aplicada à exploração do terminal STS10 seja consubstanciada na vedação de que empresas que estejam sob controle societário de empresas identificadas pelo CADE venham a participar do certame ou, de outro modo, a explorar a área - exceto se a licitação restar fracassada.

“Há um movimento global de verticalização, no sentido de que as empresas que operam os navios, os armadores, têm adquirido portos estratégicos. Isso significa que a empresa que possui a carga também possui portos em regiões estratégicas. Se, por um lado, ela consegue há ganho de eficiência, há risco potencial de no longo prazo haver abuso de posição dominante, com todos os outros portos da região sofrem definhamento, prejudicando interesse nacional”, assinalou Dantas na sessão.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 13/12/2022*

### **LIRA DIZ QUE PEC DA TRANSIÇÃO AINDA ‘SERÁ NEGOCIADA’ E NÃO GARANTE VOTAÇÃO NESTA SEMANA**

Presidente da Câmara pretender iniciar a análise da PEC nesta quarta, quando o STF retoma o julgamento do orçamento secreto, e terminar na terça que vem

*Por Débora Álvares e Iander Porcella*

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a Casa pode acabar votando a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição somente na semana que vem. A declaração ocorreu horas após um encontro do deputado com o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, no qual ele se comprometeu em não barrar a apreciação da PEC, mas elencou insatisfações de seus pares

com o novo governo, em especial questões relacionadas às indefinições sobre o futuro do orçamento secreto.

“Nós vamos fazer o esforço [para votar nesta semana], vai depender da conversa do relator a partir de amanhã cedo”, disse Lira. “Há, sim, a previsão de iniciar [a votação da PEC] quarta ou quinta e de terminar na terça-feira [da próxima semana]. Nós recebemos a PEC na segunda-feira, então nós estamos agilizando todas as conversas possíveis e com a autonomia dos partidos para que possam, já que a tramitação é mais urgente, ter todas as conversas possíveis com o relator da PEC que entregará o texto a plenário”, afirmou destacando que os trabalhos legislativos precisam terminar entre 21 e 22 de dezembro.



### ***Julgamento do STF sobre orçamento secreto assusta Centrão. Foto: : Pablo Valadares/Agência/Câmara***

O prazo colocado por Lira é considerado apertado por articuladores do novo governo, que desejavam ver a PEC aprovada ainda esta semana. Além da proposta, que visa garantir a Luiz Inácio Lula da Silva a possibilidade de cumprir compromissos de campanha, o Congresso ainda precisa analisar o Orçamento para o ano que vem. Ontem o relator, senador Marcelo Castro (MDB-PI), apresentou seu relatório já

incorporando os termos da PEC, como a ampliação do teto de gastos em R\$ 145 bilhões e uso de R\$ 23 bilhões em receitas extraordinárias que ficarão fora da regra fiscal.

Como o Broadcast Político antecipou, Lira já escolheu o deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA), um de seus aliados mais próximos, para relatar a PEC na Casa. O anúncio foi feito a líderes em reunião esta tarde e será formalizado em uma entrevista à imprensa às 18h.

Desde 5 de dezembro, Lira tem demonstrado preocupação com a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade do orçamento secreto. A Corte retoma o julgamento da ação amanhã com o voto da ministra Rosa Weber, que tem sido visto como um balizador, mas ainda é considerado um mistério.

O Broadcast Político mostrou ainda que há uma tentativa de costurar um acordo, nos bastidores, para evitar a derrubada total das emendas. A ideia desenhada é que o STF trate apenas da questão da transparência, mas não encaminhe acerca da execução, sem devolvê-la ao Executivo.

Mas as incertezas têm deixado os ânimos no Congresso acirrados. Desde que o caso foi colocado em votação, Lira passou a mandar recados ao governo eleito destacando que a votação da PEC na Câmara estava em risco, como também vem mostrando a reportagem.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 13/12/2022**

## **RAÍZEN PERDE RECURSO NO STJ EM AÇÃO QUE RECEBERIA CERCA DE R\$ 500 MILHÕES**

Valor seria recebido pela empresa por quebra de contratos com duas empresas de energia, mas ministros negaram recurso por unanimidade

**Por Marcela Villar**

A Raízen, uma das maiores empresas de produção de cana-de-açúcar no País, perdeu um recurso julgado nesta terça-feira, 13, pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O processo a faria ganhar cerca de R\$ 500 milhões em valores atualizados.

Ela recorreu de uma sentença arbitral dada em 2015, que, na época, equivalia a quase R\$ 100 milhões. Como esse valor deveria ser corrigido pelo IGP-M desde abril de 2013, além de aplicação

de juros de mora de 1% ao mês, desde dezembro de 2013, o valor ficou cinco vezes maior. Os ministros do STJ negaram o recurso da empresa por unanimidade.

O montante que seria recebido pela Raízen se refere a multas por quebra de contratos com duas empresas que comercializam energia, a Rede Energia e a Companhia Técnica de Comercialização de Energia - ambas em recuperação judicial. A Raízen sustentou que seria necessário decidir o momento em que houve a rescisão dos contratos e a consequente obrigação de pagar as multas.



### **Instalações da Raízen, uma das maiores empresas de produção de cana-de-açúcar no País/Foto: Divulgação**

Antes desta decisão do STJ, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) concluiu que a rescisão dos acordos já existia antes das empresas entrarem com o pedido de recuperação judicial, em novembro de 2012. Portanto, as empresas de energia em recuperação teriam um desconto de 95% aplicado sobre a multa.

A Raízen discordou porque considerava a data da rescisão do contrato em um momento posterior, razão pela qual os respectivos créditos deveriam ser qualificados como extraconcursais. Dessa forma, a Rede Energia e a Companhia Técnica de Comercialização de Energia deveriam pagar a sentença no valor integral. Como justificativa para ser considerada a data posterior, a Raízen tinha enviado uma notificação extrajudicial em abril de 2013 rescindindo os contratos. Ela queria que isso fosse considerado como “fator gerador” para a quebra dos acordos.

Em seu voto no STJ, o ministro relator do caso, Villas Boas Cueva, defendeu que “a sujeição dos créditos da recuperação deve levar em conta a data do seu fato gerador”. Ele considerou que o fator gerador “é o inadimplemento da obrigação principal”, portanto, um ilícito contratual que teria como consequência o pagamento da multa compensatória.

Villas Boas também argumentou que “não se pode confundir o reconhecimento da validade da resolução do contrato por meio da notificação enviada pelas recorrentes (Raízen) e o termo inicial da mora para pagamento das multas contratuais”. Os ministros Moura Ribeiro, Marco Bellizze e Nancy Andrichi acompanharam o relator sem contestações.

Da decisão desta terça-feira, a Raízen pode recorrer com embargos de declaração, mas não poderá levar a matéria ao Supremo Tribunal Federal (STF), uma vez que a Suprema Corte não tem competência para julgar ações deste tema. Normalmente, os embargos não têm o poder de alterar a sentença, apenas esclarecer a decisão.

O advogado da Raízen Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes disse não ter autorização da empresa para falar. Procurada, a Raízen não respondeu até o fechamento desta reportagem. Os advogados da Rede Energia e Companhia Técnica de Comercialização de Energia não retornaram às tentativas de contato.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**  
**Data: 13/12/2022**

Se concluído, projeto poderá viabilizar a integração logística do parque de geração de energia termelétrica da GNA, no Porto do Açu, à rede de transporte de gás natural da TAG

*Por Gabriela Rudy, Valor — Rio*



### **Gás Natural Açu (GNA) — Foto: Divulgação/GNA**

A Transportadora Associada de Gás (TAG) assinou um termo de compromisso com a Gás Natural Açu (GNA) para desenvolver estudos de viabilidade para o gasoduto Goytacazes (Gasog). A infraestrutura pode viabilizar a integração logística do parque de geração de energia termelétrica da GNA, no Porto do Açu em São João da Barra (RJ), à rede de transporte de gás

natural da TAG.

A TAG será responsável pelos estudos técnicos e de viabilidade do projeto, que inclui um gasoduto bidirecional de 45 quilômetros, com capacidade para receber até 10 milhões de metros cúbicos por dia (m<sup>3</sup>/dia) de gás natural e entregar ao complexo portuário até 12 milhões de m<sup>3</sup>/dia, com capacidade para futuras expansões até 18 milhões de m<sup>3</sup>/dia.

O objetivo é conectar o parque de geração de energia elétrica a gás da GNA ao gasoduto Cabiúnas-Vitória (Gascav).

Os estudos vão analisar a viabilidade de construção do duto, que pode receber gás da unidade flutuante de armazenamento e regaseificação (FSRU, na sigla em inglês), atracada ao terminal de GNL no Porto do Açu. Em nota, as companhias afirmaram que, se implantado, o projeto pode favorecer o desenvolvimento de indústrias no norte fluminense.

“A potencial conexão de nosso projeto à malha de gasodutos nacional possibilitará a criação de novas oportunidades de negócios a partir do gás natural e a consolidação de nosso ‘hub’ de gás e energia no Porto do Açu”, disse em nota o presidente da GNA, Bernardo Perseke.

Com a assinatura do acordo, a TAG inicia os estudos, que serão depois submetidos à análise e aprovação da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

“Este projeto representa um importante avanço no processo de abertura e expansão do mercado de gás natural no Brasil, conectando uma nova fonte de abastecimento e de consumo e à rede da TAG, trazendo mais liquidez, flexibilidade e competitividade ao mercado de gás e segurança de suprimento ao setor elétrico”, disse o presidente da TAG, Gustavo Labanca.

A TAG tem uma malha de 4.500 quilômetros de dutos e é controlada pela Engie e pelo fundo canadense Caisse de dépôt et placement du Québec (CDPQ). As companhias assumiram o controle da transportadora em 2019, após arrematarem o ativo no processo de desinvestimentos da Petrobras.

Já a GNA opera o parque termelétrico no Porto do Açu e é uma parceria entre a Prumo, responsável pelo porto, BP, Siemens e a chinesa SPIC.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 13/12/2022*

## **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO ADIA JULGAMENTO SOBRE PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS**

Ministros Walton Alencar, Benjamin Zymler e Vital do Rêgo pediram vista do processo, que só deve voltar à pauta do TCU nos primeiros meses de 2023

*Por Murillo Camarotto, Valor — Brasília*



— Foto: Anna Carolina Negri/Valor

Um pedido de vista conjunta adiou nesta terça-feira (13) a análise do processo de privatização do Porto de Santos pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Com o adiamento, o caso só deve voltar à pauta nos primeiros meses de 2023.

Relator do caso, o presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, apresentou um voto favorável ao projeto do governo federal. Ele também concordou em conceder ao mesmo grupo privado a concessão do porto e a construção de um túnel entre Guarujá e Santos. Leia mais: Equipe de transição pede, e privatizações de Santos e aeroportos são pausadas

Com dúvidas sobre a modelagem, os ministros Walton Alencar, Benjamin Zymler e Vital do Rêgo pediram vista do processo. Santos é o maior complexo portuário da América Latina.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/12/2022

## SEM FERROVIAS, LOGÍSTICA É GARGALO REGIONAL

Fábricas foram montadas à espera de investimentos que estão atrasados há muito anos

Por Domingos Zapparoli — Para o Valor, de São Paulo



**Vladson Menezes, da Fieb: “A falta de transporte ferroviário é o principal problema logístico da Bahia” — Foto: Lucio Tavora/Coperphoto/SistemaFieb/Divulgação**

Pesquisa divulgada em novembro pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontou que 76% dos empresários e executivos das empresas do Nordeste classificam a baixa qualidade do setor de transportes como o principal gargalo de infraestrutura na região. Para 34% dos industriais nordestinos, a logística regional é ruim ou péssima; 50% classificam a oferta de transportes como

regular, e apenas 15% a aprovam.

“Em Pernambuco, as rodovias são insuficientes e mal conservadas, não existem ferrovias e a operação portuária de contêineres está saturada”, resume Ricardo Essinger, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe). O Estado reúne várias promessas de obras que não se concretizaram e sintetiza os problemas logísticos acumulados na região nas últimas décadas. Um exemplo é o Arco Viário Metropolitano do Recife, concebido nos anos 1990 para ser uma alternativa à BR-101 e ligar Goiana, na Zona da Mata Norte, ao Complexo Industrial Portuário de Suape, no litoral Sul do Estado, sem passar pela capital.

Em 2012 quando o grupo Fiat Chrysler (hoje Stellantis) anunciou uma fábrica Jeep em Goiana, a obra foi classificada como prioritária pelos governos federal e estadual. A fábrica foi inaugurada em 2015, mas o Arco Metropolitano ainda não saiu do papel. “Um caminhão da Stellantis que sai de Goiana deveria levar 1h30 para chegar ao porto. Hoje leva mais de 4 horas e ainda atravança o trânsito do Recife”, diz Essinger.

A ferrovia Nova Transnordestina de 1.753 quilômetros, que ligaria Eliseu Martins, no Piauí, aos portos de Suape, em Pernambuco, e Pecém, no Ceará, foi iniciada em 2008 e deveria ser entregue em 2012. Ainda não chegou ao meio do trajeto. A ferrovia é uma concessão federal à Transnordestina Logística, subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Atualmente, apenas a ligação com Pecém, no Ceará, possui prazo de conclusão, em dezembro de 2025.



As perspectivas são mais positivas no Porto de Suape, cuja autonomia foi retomada pelo governo pernambucano em 2022, após quase dez anos de federalização da administração portuária. Em setembro, o grupo Maersk anunciou um investimento de R\$ 2,6 bilhões para construir um novo terminal de contêineres em Suape, com capacidade para movimentar 400 mil TEUs (contêiner de 20 pés) a partir de 2026. Em 2021, Suape movimentou 518 mil TEUs. “O investimento é um alívio. A falta de capacidade de movimentação de contêineres transformou a operação em Suape a mais cara do país”, diz Essinger.

Para o consultor Olivier Girard, sócio-diretor da Macroinfra, empresas estabelecidas nos polos industriais formados próximos aos grandes portos da região, como Salvador e Aratu, na Bahia, além de Pecém e Suape, possuem boas condições de receber insumos e escoar a produção para o exterior e acessar as principais metrópoles nordestinas por meio de cabotagem.

No entanto, o abastecimento do interior depende de rodovias federais e estaduais precárias. “Em muitos casos, são rotas de buracos com trechos de estrada”, diz o consultor. “O Nordeste deveria avançar em concessões e PPPs (Parcerias Público-Privadas) para modernizar suas rodovias”, afirma. Situação pior é dos produtores agrícolas e minerais no interior dos Estados, que hoje dependem de rodovias para escoar a produção.

“A falta de transporte ferroviário é o principal problema logístico da Bahia”, afirma Vladson Menezes, superintendente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb). O Estado hoje é atendido unicamente pela Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), a conexão férrea de 7.720 km entre Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, administrada desde 1996 pela VL! Multimodal. “Na Bahia, são 1.871 km da FCA em estado de abandono”, diz Menezes. “A velocidade média dos trens é 11 km por hora”, afirma o executivo.

A situação pode ficar pior. A VL! já solicitou à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a renovação antecipada da concessão, que vence em 2026, por mais 30 anos sem apresentar aos empresários nordestinos um plano de modernização das estruturas.

A Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), linha de 1.527 km de extensão que ligaria Ilhéus, no litoral sul da Bahia, a Figueirópolis, no Tocantins, foi iniciada em 2011 pela estatal Valec com previsão inicial de conclusão em 2014, mas está longe de entrar em operação.

Em 2021, um contrato de concessão foi firmado com a mineradora Bamin, que se incumbiu de construir o Trecho 1, os 537 km que separam as baianas Caetitê e Ilhéus, onde a companhia está erguendo um terminal portuário, o Porto Sul. A expectativa é que os dois projetos sejam concluídos em 2026, mas não há previsão para o Trecho II, sob responsabilidade da Valec, que ligará os 485 km entre Caetitê e a região agrícola de Barreiras, no oeste baiano. “Hoje a produção agrícola é escoada por rodovia. O custo do transporte tira competitividade dos nossos produtos”, diz Menezes.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 13/12/2022*

# portosenavios

## PORTAL PORTOS E NAVIOS

### DESAFIOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FRUTAS

*Por Henrik Simon OPINIÃO 13/12/2022 - 19:36*

Está terminando um ano cheio de desafios também para o setor das frutas frescas, que vem registrando o menor volume dos últimos quatro anos no acumulado de janeiro a novembro!



Elaborado por SOLVE | Fonte: ComexStat (SH2: 08)

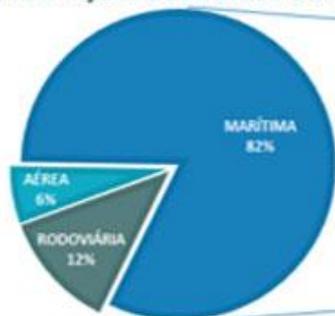
**Tabela 2**

Depois dos recordes de volume e faturamento nas exportações de 2021 (1,2 milhão de toneladas e US\$ 1,1 bilhão em valor), 2022 vem demonstrando quedas significativas em função de um “mix” de acontecimentos.

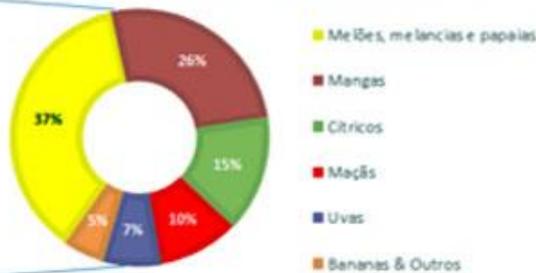
### Limitações Logísticas

Dentre esses acontecimentos, certamente o principal foi que o ano começou com muitas limitações logísticas. A falta de contêineres e espaço nos navios gerada pelos enormes congestionamentos em alguns dos principais portos do mundo causou não apenas um aumento significativo dos fretes como também levou a inúmeras reclamações da maioria dos exportadores de frutas no que se refere ao nível de serviço prestado pelos armadores de contêiner. Lembrando que em 2021 o transporte marítimo movimentou 82% do volume de frutas brasileiras enviados ao exterior.

**2021: EXPORTAÇÕES DE FRUTAS POR MODAL**



**2021: MKT SHARE FRUTAS (MARÍTIMO)**



Elaborado por SOLVE | Fonte: ComexStat (SH2: 08)

**Tabela**

Depois dos recordes de volume e faturamento nas exportações de 2021 (1,2 milhão de toneladas e US\$ 1,1 bilhão em valor), 2022 vem demonstrando quedas significativas em função de um “mix” de acontecimentos.

Essa insatisfação foi inclusive o que levou o maior exportador de frutas frescas do Brasil, a Agrícola Famosa, a embarcar boa parte da sua produção em navios de câmara (os chamados fullreefer) após 16 anos embarcando exclusivamente em contêiner. Com isso, +/- 2.500 pallets estão embarcando semanalmente em Fortaleza com destino a Vigo, Dover e Rotterdam, e já se fala no mercado que irão repetir essa solução em 2023.

O armador GreenSea (especialista em navios fullreefer) é quem está feliz, já que conseguiu triangular seus negócios, levando peixe/batatas do norte da Europa para oeste da África, depois cruza o Atlântico em pouco tempo e carrega os melões da Agrícola Famosa de volta para o norte da Europa.



Mesmo usando muitos navios com +/- 30 anos de serviço, se o preço do combustível não extrapolar, parece que conseguirão operar por mais alguns anos (ao menos até que sejam “barrados” pelo IMO 2023), já que os exportadores e importadores estão gostando dos tempos de viagem mais curtos (em detrimento dos contêineres que fazem mais escalas e praticam velocidades menores), que beneficiam tanto a qualidade das frutas quanto aumentam o “tempo de prateleira” (shelf life).

### Repasse dos custos

Outro fator importante que vem atingindo as exportações de frutas é que muitos produtores no mundo inteiro não estão conseguindo repassar para o produto a alta dos custos de produção (sobretudo energia e fertilizantes) e dos fretes marítimos. Compradores europeus simplesmente não aceitaram esses repasses e acabaram encontrando frutas mais em conta (ou simplesmente reduziram o consumo).

De maneira sucinta, segue abaixo uma análise das principais safras brasileiras, com dados de crescimento de volume baseados no ComexStat:

- Melão (SH4 0807): os embarques de janeiro a novembro 2022 estão 14,5% menores que no mesmo período do ano passado;
- Manga (SH4 0804): a última safra começou em agosto (vai até início de dezembro) e está acontecendo a mesma coisa (até novembro os embarques foram 24% menores que o mesmo período do ano passado);
- Limão (SH4 0805): única fruta a registrar alta nos embarques (4,6%);
- Maçã (SH4 0808): a produção de Sta. Catarina e Rio Grande do Sul, escoada de março até o início de junho, reportou 64,5% de queda em relação a 2021. Mais de 70% do volume exportado seguiu para Bangladesh e Índia (mercados que dificilmente conseguem pagar bem pelas frutas). Com a Guerra na Ucrânia, que levou a embargos e cancelamentos de rotas, o mercado europeu foi inundado com frutas, que iriam parcialmente para Rússia;
- Uva (SH4 0806): Queda de 37% no volume, muito afetada pelas fortes chuvas (530mm nos últimos dois meses) que vêm alagando muitos parreirais na região do Vale do Rio São Francisco.

Também vale mencionar que o custo de energia para muitos armazéns frigoríficos da Europa triplicou nos últimos meses, afetando ainda mais o exportador, importador e consumidor. Tudo indica que não haverá mais frutas exóticas baratas nos supermercados europeus, como era costume em anos anteriores.

### O desafio está lançado!

Cada vez mais as safras de frutas são um grande desafio para os armadores fullcontainer, pois precisam juntar grandes quantidades de equipamento em pouco tempo. E depois ter espaço extra e tomadas para esses volumes.

O armador fullcontainer, pós-Covid, somente irá abraçar esses volumes se conseguir praticar um frete rentável e, portanto, o armador fullreefer pode continuar sendo uma alternativa por mais algum tempo, apesar da falta de navios novos nesse segmento.

Outra possibilidade, quem sabe, seria o surgimento de serviços fullcontainer dedicados às frutas frescas (a exemplo da Del Monte, Chiquita, Dole, etc), emendando as várias safras no mundo: África do Sul, Nova Zelândia, Costa Oeste da América do Sul, etc?!?!

Em suma, diferentes perspectivas pela frente e com possibilidade de reflexos em outros setores (ex: exportadores de carnes).

**Henrik Simon** Henrik Simon é sócio da Solve Shipping

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/12/2022

### NTS E GNA ASSINAM MEMORANDO DE ENTENDIMENTOS PARA ESTUDOS DE UM NOVO GASODUTO ATÉ O PORTO DO AÇU

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 13/12/2022 - 18:40



A Nova Transportadora do Sudeste S.A. assinou um Memorando de Entendimentos (MoU) com a GNA – Gás Natural Açú, que representa o primeiro passo para os estudos de viabilização do projeto e licenciamento de um novo gasoduto, o GASINF - Gasoduto de Integração Norte Fluminense. Esta nova infraestrutura pretende conectar o Parque Termelétrico a gás natural, da GNA, no Porto do Açú, à malha de transporte da NTS em Macaé, no Rio de Janeiro.

Pelo acordo entre as partes, a NTS fica responsável pelo desenvolvimento do projeto, incluindo estudos técnicos, para implementação de uma infraestrutura de conexão, composta por um gasoduto de cerca de 105 km e ativos adicionais necessários para conectar o Parque Termelétrico a Gás Natural, da GNA, que inclui um Terminal de Regaseificação de GNL e duas termelétricas, ao Terminal de Cabiúnas, em Macaé. O gasoduto seria bidirecional e projetado para receber da Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação (FSRU, na sigla em inglês), atracada ao Terminal de GNL, até 15 MMm<sup>3</sup>/d de gás natural e entregar até 16 MMm<sup>3</sup>/d, favorecendo o desenvolvimento de indústrias em Norte do estado, principalmente no Porto do Açú, no município de São João da Barra.

“Por ser um gasoduto bidirecional, o GASINF permitiria à GNA o desenvolvimento de diferentes modelos de negócio, funcionando como elemento fundamental para garantir flexibilidade comercial e viabilizar a instalação de novas indústrias consumidoras de gás natural no Porto do Açú, que poderiam acessar as rotas de escoamento do pré-sal”, afirma o diretor Comercial da NTS, Hélder Ferraz.

“A potencial conexão de nosso projeto à malha de gasodutos nacional possibilitará a criação de novas oportunidades de negócios a partir do gás natural e a consolidação de nosso Hub de Gás e Energia no Porto do Açú. Em caso de evolução após a conclusão dos estudos, o projeto representará um marco para a industrialização da região Norte do Estado do Rio, atraindo novos investimentos e fomentando a geração de empregos”, afirma Bernardo Perseke, CEO da GNA.

O projeto está sujeito à aprovação pelos órgãos da administração da Companhia, bem como pelos órgãos governamentais competentes.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/12/2022

### PEDIDOS DE VISTA ADIAM DE VEZ ANÁLISE DA DESESTATIZAÇÃO DE SANTOS PARA 2023

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 13/12/2022 - 17:07

Três ministros do TCU solicitaram prazo para avaliar melhor pontos como ligação seca e regras de participação no leilão. Relator recomendou que Minfra avalie impactos de privatização em outras autoridades portuárias de menor complexidade

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) analisará em 2023 o relatório sobre o processo de desestatização do Porto de Santos, por meio da alienação das ações da Santos Port Authority (SPA) associada à concessão do serviço público de administração portuária. Nesta terça-feira (13), três ministros da Corte de Contas solicitaram vistas ao processo, em que o ministro-relator Bruno Dantas recomendou ao Ministério da Infraestrutura que, antes de prosseguir com a desestatização do porto organizado de Santos, implemente a privatização de outras autoridades portuárias de

menor dimensão, relevância e complexidade, com avaliação periódica dos riscos e problemas observados.



### **Arquivo/Divulgação**

Na minuta de acórdão, Dantas ressaltou que o modelo de privatização de autoridade portuária só foi feito no Porto de Vitória (ES), cujo processo passou por sua relatoria, mas que ainda não se tem uma primeira avaliação dos riscos e dos problemas que derivam dessa privatização, realizada no começo de 2022.

O relator também apresentou determinação ao Minfra e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para que, antes da publicação do edital para transferência do controle acionário da SPA, prevejam no contrato uma regulação robusta para evitar que a prática de integração vertical resulte em concentração de mercado e em práticas abusivas que prejudiquem a livre-concorrência e os interesses nacionais.

Dantas vê a questão regulatória referente à verticalização das operações como estratégica para o interesse nacional, considerando um movimento global em expansão no sentido de que os armadores têm adquirido portos estratégicos, consolidando a carga e os terminais portuários mais bem posicionados. "Se essa mesma empresa consegue verticalizar essa atividade, por um lado há um ganho de eficiência. Entretanto, há risco potencial nessa verticalização se, no longo prazo, houver abuso de posição dominante e todos os outros portos da região sofrerem definhamento, prejudicando o interesse nacional", apontou durante sessão plenária do TCU.

O voto cita que a preocupação reside na possibilidade de integração vertical com concentração de mercado caso determinadas empresas de navegação sejam vencedoras da licitação do terminal STS-10. A Maersk e a MSC são os maiores armadores globais no transporte de contêineres e, no caso de Santos, já controlam conjuntamente o terminal BTP Santos. Dantas considerou que, caso haja a opção pela autoridade competente de não limitar a participação de quaisquer players no leilão STS-10, devem ser previstos mecanismos rigorosos de controle e que reforcem a repressão a condutas no edital e nos contratos assinados com os arrendatários.

Ele citou que o processo de arrendamento do novo terminal de contêineres de Santos (STS-10) corre paralelamente ao processo de desestatização no TCU, sob a relatoria do ministro Antonio Anastasia. Para Dantas, a decisão do governo federal de alterar a modelagem para que o STS-10 fosse incluído no porto organizado, em vez de promover o arrendamento isoladamente, repercute na precificação. "Uma coisa é extrair do porto organizado uma das áreas mais rentáveis e promover arrendamento isoladamente. Outra coisa é incorporar ao porto organizado e promover a concessão da autoridade portuária", avaliou.

Dantas concordou com os argumentos do Ministério da Infraestrutura e dos auditores de seu gabinete de que o melhor formato para a ligação seca entre Santos e Guarujá seria que a construção e operação do túnel sejam feitas pelo mesmo agente econômico que for operar o porto. "Se fizermos dois empreendimentos de forma descasada, no momento da necessidade de construção do túnel, o porto terá que ter uma parte das suas atividades interrompidas. Um ator privado que opere o porto não admitirá que isso aconteça para que obra de outro ator privado se realize", comentou.

O ministro do TCU, Walton Alencar Rodrigues, ressaltou que a construção do túnel é uma obra de interesse público importante para viabilizar a região que talvez precise de mais aprofundamento dos estudos. Rodrigues, que também é relator dos processos de acompanhamento das desestatizações em Itajaí (SC) e São Sebastião (SP), observa uma inovação relacionada à conta vinculada, que consiste em nova metodologia para a estrutura do empreendimento que ocorrerá no futuro. "Essa

questão, que afeta os dois processos na minha relatoria, é tratada neste processo do Porto de Santos. Considero importante pedir vista para poder tratar abrangentemente da questão nos 3 processos de privatização”, justificou.

O ministro do TCU, Benjamin Zymler contou que visitou o Porto de Santos e indagou sobre as motivações para privatizar a SPA diante do desempenho e da lucratividade apresentada pela autoridade portuária nos últimos anos. Ele acrescentou que o modelo em outros países não é de privatização e que a maior parte deles mantém a autoridade portuária nas mãos do Estado. Numa primeira análise, ele entende que hoje já existem casos de concorrências emergenciais céleres, o que ele entende que derrubaria o argumento de morosidade em casos de licitação para organização de operadores portuários quando a administração é pública.

O ministro e vice-presidente do TCU, Vital do Rêgo, também encontrou dúvidas a respeito da concepção metodológica do projeto e da decisão de privatizar ou não, assim como na questão das obras do túnel com agentes privados diferentes do concessionário. "Temos mais dúvidas, incertezas e questionamentos a serem feitos. A autoridade portuária deu novo formato à gestão do Porto de Santos. Mas, se está bem, valia a pena fazer outras ponderações se deve ou não privatizar", ponderou Rêgo.

(Em atualização)

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 13/12/2022

## PORTO DE PARANAGUÁ TEM ALTA DE 11,73% NAS MOVIMENTAÇÕES DE GRÃOS PELO CORREDOR LESTE

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA* 13/12/2022 - 13:40



Os 11 terminais que operam integrados ao Corredor Leste de Exportação do Porto de Paranaguá (Corex) movimentaram 17.044.590 toneladas de grãos e farelos em 2022. O volume acumulado de janeiro a novembro, neste ano, é 11,73% maior que o registrado no ano passado, com 15.254.687 toneladas.

O número de navios recebidos para transportar soja, farelo de soja, trigo, milho e farelo de milho também cresceu: foram 292 embarcações, 26 a mais que no mesmo período de 2021.

“Mesmo com as chuvas que castigaram o Sul do Brasil, principalmente nas últimas semanas, conseguimos atender o mercado e manter as exportações. O Porto de Paranaguá não ficou paralisado e não registra nenhum tipo de fila de navio ou caminhão”, destacou o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

Em novembro foram carregadas 1.131.523 toneladas de soja, em grão e farelo, e milho pelo complexo. O número é 6,43% maior que em novembro de 2021, quando foram 1.058.774 toneladas embarcadas.

**PRODUTOS** – O principal aumento foi registrado no volume de milho. Nos 11 meses de 2022, o Correx movimentou 4.235.653 toneladas do produto, em grão, volume 83% superior ao mesmo período do ano passado (714.464 toneladas).

Considerando apenas novembro o aumento foi de 752%. Foram 61.216 toneladas no décimo primeiro mês de 2021 e 521.601 neste ano.

Uma novidade foi o carregamento de farelo de milho, 55.513 toneladas, em agosto. No ano passado não houve embarque do produto.



TEMPO – Os resultados do corredor chamam ainda mais atenção ao considerar as condições climáticas adversas, que prejudicam os embarques de graneis. De janeiro a novembro, a média foi de 99,4 dias de paralisação no Corex, por conta da chuva. Só no mês passado, foram 10,5 dias com porões fechados.

Em 2021, em 11 meses, foram 96,8 dias parados, 9,8 deles, só em novembro.

“Quando falamos em média de dias parados, falamos da soma do tempo em que os porões dos navios foram fechados, em razão da chuva. É feita a soma em minutos, divididos nas 24 horas de um dia”, explica Garcia.

Segundo dados da estação meteorológica da Portos do Paraná, neste ano o acumulado em chuva no Porto de Paranaguá já chega 2.169 milímetros. Só novembro foram 291 milímetros.

Para comparação, em 2021, o INMET (Instituto Nacional de Meteorologia) registrou 1.463 milímetros de precipitações, sendo 203,7 deles no mês de novembro.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 13/12/2022*

## RECICLAGEM DE NAVIOS CRESCE EM MEIO À BAIXA DEMANDA PELO TRANSPORTE MARÍTIMO

*Da Redação NAVEGAÇÃO 13/12/2022 - 13:40*



O mercado de desmonte de navios porta-contêineres está em crescimento, em consequência da queda da demanda e lucros e altos custos de fretamento pelos armadores. Segundo a consultoria inglesa Clarksons, contêineres menores ingressaram recentemente no mercado de reciclagem, no que seria o estouro da bolha para as empresas de navegação que operam porta-contêineres.

A alta no preço de alimentos e energia é uma das explicações para a retração no transporte marítimo, com os consumidores pisando no freio.

Por outro lado, nos próximos dois anos haverá incorporação recorde de novas embarcações, atualmente em construção, em meio a uma perspectiva de demanda fraca no transporte marítimo. A perspectiva é da ampliação de desmanche prematuro de navios de menor porte mais antigos.

Em 2023, a frota mundial de porta-contêineres deve ganhar novos 2,4 milhões de TEUs e em 2024, mais 2,8 milhões de TEUs. Os números representam 10% e 11% da frota atual, respectivamente.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 13/12/2022*



**MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA**

**ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ NAS PÁGINAS DO LINKEDIM.COM**

Este conteúdo também está no LinkedIn.com-[www.linkedin.com/in/reginaldo-ferreira-0aa5161a2](https://www.linkedin.com/in/reginaldo-ferreira-0aa5161a2)

*Fonte : InforMS*  
*Data: 13/12/2022*